



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### ACTA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2018 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA A CATORZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO

Acta nº 5/2018

Aprovada em 14/12/2018

No dia catorze de Dezembro de dois mil e dezoito teve lugar no salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a quinta sessão ordinária de 2018 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

#### I – ABERTURA

**Informações do Presidente.**

#### II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

**Intervenções dos Deputados Municipais**

#### III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

##### 1. Intervenção do Presidente da Câmara;

- Grupos Políticos

##### 2. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019 da Câmara Municipal de Coimbra;

- Delegação de Competências Municipais nas Uniões e Juntas de Freguesia;
- Mapa de Pessoal para 2019;
- Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;

##### 3. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra;

- Mapa de Pessoal para 2019

##### 4. Moção de Censura à Câmara Municipal apresentada pelo Grupo Municipal do PSD;

##### 5. Desvinculação do Município de Coimbra na Associação Qualifica/ ORIGIN Portugal;

##### 6. Instrumentos de Gestão Previsional 2019 – AC, Águas de Coimbra, EM – (conhecimento);

##### 7. Procedimento concursal para recrutamento e seleção do cargo de Chefe da Divisão de Equipamentos e Manutenção dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra;

##### 8. Desafetação do domínio público municipal, de uma parcela de terreno com a área de 40, 75 m<sup>2</sup>, sita no Terreiro da Erva;

##### 9. Proposta de aclaração da deliberação nº 162/2018, de 24/09/2018 – definição da política fiscal ao nível do IMI para 2019;

##### 10. Prodeso, Ensino Profissional, E.M - aprovação da alteração dos Estatutos, nos termos do artº 22º-A, da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto.

##### 11. Regulamento Municipal "Tóquio 2020";

##### 12. Regulamento Municipal de Reabilitação de Infraestruturas Desportivas;

##### 13. Isenção do IMI ao abrigo do nº 7 do art.º 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais do prédio sito na Rua Direita, no 97 e Rua João Cabreira, nos 2 e 4;

##### 14. Isenção do IMI ao abrigo do nº 7 do art.º 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais do prédio sito na Av. Dr. Dias da Silva, nos 4 e 6.

**Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:**

**Grupo Municipal Partido Socialista (PS):**

*Eleitos directos*

Luís Marinho, Ferreira da Silva, Vitor Parola, Rosa Isabel, António Correia, Ângela Correia, Juvenal Sousa, Rui Claro, Isabel Garcia, José Cortesão, Elisabete Lemos e Horácio Santiago.

*Presidentes de Junta de Freguesia* João Marques, Horácio Costa, José Salgado, Paulo Cardoso, Diamantino Jorge, Fernando Abel, Manuel Veloso, Jorge Veloso, António Coelho, Fernando Santos e Joaquim Pereira.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Grupo Municipal (PPD/PSD):**

#### *Eleitos directos*

Nuno Freitas, José Rodeiro, Paula Alves, Carolina Patrício e Rui Marques.

*Presidentes de Junta de Freguesia:* Cristina Agreira, José Filipe, José Simão e João Campos.

### **Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):**

#### *Eleitos directos*

Manuel Rocha, Pinto Ângelo, Filipa Malva e Victor Carvalho.

*Presidentes de Juntas de Freguesia:*

António Lopes e Jorge Mendes.

### **Grupo Municipal Somos Coimbra (SC):**

#### *Eleitos directos*

Filomena Girão, José Albino, M<sup>a</sup> dos Prazeres Francisco, Daniela Sequeira e Lúcia Ferraz.

*Presidente de Junta de Freguesia:*

Rui Soares.

### **Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):**

#### *Eleitos directos*

Maria Helena Mendes, Lúcia Santos e Tiago Mariz.

### **Grupo Municipal “Cidadãos por Coimbra” (CpC):**

#### *Eleitos directos*

Graça Simões e José Lucas.

### **Deputado Municipal do PPM**

António Cabral Oliveira

### **Deputado Municipal do MPT**

Rui Campos

### **Presenças da Câmara Municipal**

Além do Presidente da Câmara, Manuel Machado, estiveram presentes os Vereadores Carlos Cidade, Regina Bento, Jorge Alves, Paulo Leitão, José Silva, Ana Silva e Francisco Queirós.

### **Mesa:**

Presidiu a sessão o Presidente da Assembleia Municipal Luís Marinho que foi secretariado por Francisco Andrade, como Primeiro Secretário e Victor Carvalho, como Segundo Secretário.

**O Presidente da Assembleia** iniciou a sessão quando eram catorze horas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento nos termos do artigo 13º e do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal – mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2015 e, nos termos da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, dos pedidos de suspensão de mandato nos termos do artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

### **Grupo Municipal Partido Socialista (PS):**

Deputada municipal **Isabel Vargues**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Elizabete Lemos**;

Deputado municipal **Hernâni Caniço**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Horácio Santiago**;

Deputado municipal **Luís Silva**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **José Cortesão**;

### **Grupo Municipal (PPD/PSD):**

*Presidentes de Junta de Freguesia:*

Deputado municipal **Francisco Andrade**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Cristina Agreira**;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Grupo Municipal Somos Coimbra (SC):**

Deputado municipal **João Aldeia**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituída, pela Deputada Municipal **Daniela Sequeira**.

Deputado municipal **Carlos Silva**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituída, pela Deputada Municipal **Lúcia Ferraz**.

### **Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):**

Deputado municipal **Pedro Filipe**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Tiago Mariz**.

### **Grupo Municipal “Cidadãos por Coimbra” (CpC):**

Deputado municipal **Serafim Duarte**, pedido de suspensão de mandato, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **José Lucas**.

Todas as substituições foram efectuadas nos termos do nº 1 artigo 79º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como nos termos do artigo 13º e, do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal.

**O Presidente da Assembleia Municipal** abriu a sessão informando estarem abertas as inscrições para o “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.

## **I – ABERTURA DOS TRABALHOS - INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE**

### **Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:** [\(áudio 03:23 a 06:48 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Submeteu à confirmação a “*Ordem de Trabalhos*” tendo sido aprovada por unanimidade;
- Começou por pedir a substituição do 1º Secretário, Francisco Andrade, por um deputado do Grupo Político do PSD, tendo sido substituído, pela deputada municipal Paula Alves;
- Pediu que a acta fosse aprovada em minuta, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade e de imediato deu a palavra ao deputado municipal Pinto Ângelo, como representante do Grupo Municipal da CDU.

### **Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):** [\(áudio 07:06 a .09:44 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Solicitou ao Presidente da Assembleia Municipal que no âmbito da concretização prática da Lei-Quadro da Transferência de Competências, para as Autarquias Locais e Entidades Municipais e, uma vez que tinham sido publicados diversos diplomas de âmbito sectorial que exigiam pronúncia expressa por parte da Assembleia Municipal, no prazo de sessenta dias após a sua publicação, a convocação de uma Assembleia Municipal para data nunca posterior a 26 de Janeiro do próximo ano, com vista ao cumprimento das suas obrigações legais de pronúncia sobre cada um dos diplomas publicados.

### **Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:** [\(áudio 10:44 a 29:16 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Informou que iria haver uma reunião extraordinária no mês de Janeiro para discussão daquela temática;
- Disse que era do conhecimento de todos o falecimento do Dr. Manuel Claro, ex-vereador da Câmara de Coimbra e membro da Assembleia Municipal e pai do deputado municipal Rui Claro, pedindo aos presentes que se associassem num voto de profundo pesar e fosse feito um minuto de silêncio;
- Informou ainda que tinham dado entrada no tempo regimental uma Recomendação do Grupo Municipal do CpC, sobre “*Jardins do Mondego*” e uma Moção do Grupo Político da CDU.

### **Deliberação**

Por proposta do Presidente da Assembleia Municipal, Luis Marinho, foi *aprovado por unanimidade*, um *voto de pesar*, pelo falecimento do *Dr. Manuel Claro, Jurista, Ex-Vereador da Câmara de Coimbra e membro da Assembleia Municipal*.

## **II – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **Intervenções dos Deputados Municipais**

### **Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC):** [\(áudio 15:18 a 16:53 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Leu a Recomendação apresentada à Mesa pelo seu Grupo Político sobre a “*Jardins do Mondego*”, que dada a sua extensão fica pensada a esta acta.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):** [\(áudio 17:41 a 19:24 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Leu a Moção apresentada à Mesa pelo seu Grupo Político sobre a “A possibilidade de encerramento da Estação Nova em Coimbra, arrancando os carris entre esta estação e a Estação de Coimbra B, que dada a sua extensão fica apensa a esta acta;

### **Intervenção da deputada municipal Lúcia Santos (CDS-PP):** [\(áudio 20:15 a 21:18 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Começou por informar, que em Novembro do ano anterior o Executivo tinha anunciado que iria exercer o direito de reversão da propriedade do terreno do antigo Hospital Pediátrico de Coimbra a favor da Autarquia, mas desde então nada mais se tinha sabido de projetos para tal espaço;
- Disse que no entender do CDS, poderia nascer ali uma solução não só para o enorme problema de estacionamento do Centro Hospitalar Universitário, mas também para a carência de residências universitárias de qualidade;
- Terminou dizendo que a localização central e a proximidade ao Polo III da Saúde da Universidade de Coimbra, à Escola de Enfermagem e à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra constituíam factores, que favoreciam a solução que propunham para aquela infraestrutura.

### **Intervenção do deputado municipal José Lucas (CpC):** [\(áudio 22:05 a 24:21 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Informou que o Movimento do CpC tinha entregue na sessão da Câmara Municipal uma petição, reivindicando melhores transportes para a União de Freguesias de Assafarge e Antanhol, à qual o Senhor Presidente da Câmara tinha referido que o assunto da melhoria dos transportes municipais estava a ser estudado, quer no âmbito municipal quer no intermunicipal e, tinham conhecimento que aquele problema também era grave noutras freguesias mais periféricas do concelho, como: Cernache, a sul, e Brasfemes e Souselas/Botão, a norte e era sobre aquele tema que queriam perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, Dr. Manuel Machado, em que fase estava aquele estudo do Plano de Transportes Municipal e como se articularia com o Plano intermunicipal, no âmbito da CIM-RC? Como se articularia a rede dos SMTUC com o Sistema de Mobilidade do Mondego e com o transporte ferroviário, nacional e regional? Qual era o calendário já fixado para o lançamento do projeto do SMM? O que lhes poderia dizer sobre a nova Estação Ferroviária de Coimbra, da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal e da falada Gare Rodoviária Intermodal, da responsabilidade, segundo julgavam, da Câmara Municipal? Tinha os SMTUC previsto a aquisição de autocarros devidamente equipados para o transporte de crianças dos Jardins de Infância e do 1.º ciclo do Ensino Básico, de acordo com as normas de segurança oficiais? Quando poderia estar resolvido o problema da reclassificação profissional dos motoristas dos SMTUC?
- Terminou, agradecendo respostas precisas às questões levantadas.

### **Intervenção do deputado municipal António Coelho (CDU):** [\(áudio 24:51 a 28:40 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Manifestou o seu repúdio e a sua indignação pela forma como sua Freguesia tinha sido tratada, relativamente à cedência das Escolas de EB1 do Loureiro e de Vila Pouca pois, aquela Junta tinha solicitado aquela cedência das instalações, em 2007, 2008 e em 2010 tendo a Câmara Municipal através do Gabinete de Apoio à Presidência solicitado àquela Junta, um parecer uma vez que aquelas escolas estavam entregues à Junta de Freguesia;
- Em 2014, a Junta de Freguesia tinha solicitado, uma vez mais, à Câmara Municipal, a escritura de comodato das referidas escolas, com o objetivo de efectuar obras de beneficiação de modo a criar condições para a realização de diversas actividades necessárias à Freguesia;
- Em Setembro de 2017, uma comitiva de campanha do Partido Socialista, encabeçada pelo Vereador Jorge Alves tinha ido ao Loureiro para assinar o contrato de promessa de entrega da escola;
- Em 15 de Outubro de 2018 tinha-lhes sido dito que o assunto seria resolvido até final do mês de Outubro do mesmo ano;
- Terminou dizendo, que por todas as razões expostas, não deveriam esperar que fossem criados um grupo de “amigos” para que aquelas escolas fossem entregues à Câmara Municipal, em desfavor da Junta de Freguesia, o órgão eleito.





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Intervenção do deputado municipal Ângela Correia (PS):** [\(áudio 30:03 a 33:56 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Disse que o valioso património de Coimbra era o responsável pela continuidade histórica, pela identidade cultural, e, o exemplo disso era o conjunto patrimonial que Santa Clara possuía dando como exemplo: os Mosteiros de Santa Clara-a-Velha, Santa Clara-a-Nova e o Convento de S. Francisco, destacando aquele, pela sua magnífica recuperação, que fazia com que fosse presentemente uma referência nacional e internacional de um local de encontro nas mais diversas vertentes;
- Afirmou que a Câmara Municipal de Coimbra, tinha sabido interpretar bem o valor histórico, social e turístico daquele conjunto e tinha elaborado um projeto, que visava a requalificação da Calçada de Santa Isabel e espaços adjacentes, com a finalidade de melhorar as condições de conforto, acessibilidade e segurança para a mobilidade pedonal de quem os procurava; a repavimentação de toda aquela área com a criação de uma faixa central, estabilização e tratamento de alguns muros, melhoramento da iluminação pública, reordenamento do estacionamento e a realização de novas infraestruturas com o enterramento de cabos aéreos e a limpeza dos cabos das fachadas; a obra de reabilitação da Igreja da Nossa Senhora da Esperança, resultante do protocolo assinado entre a Câmara Municipal e a Fábrica da Igreja Paroquial de Santa Clara, estando assim, perante um avultado empreendimento na recuperação de espaços nobres da União de Freguesias de Sta Clara e Castelo Viegas, mais concretamente no território de Santa Clara e aquilo era a prova mais que evidente que o Dr Manuel Machado, se preocupava com o progresso da margem esquerda e com a qualidade de vida dos Santa Clarense.

### **Intervenção do deputado municipal Rui Claro (PS):** [\(áudio 34:50 a 39:042 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Informou que se tinha assinalado no dia 10 de Dezembro o 70º aniversário da adopção e proclamação da “*Declaração Universal dos Direitos do Homem*”, ocorrida em 10 de Dezembro de 1948, em Marrocos e, volvidos que estavam 70 anos, poder-se-ia pensar que o acordo então assinado, estaria desactualizado, mas infelizmente, não.;
- Mais disse, que após aquela consideração, levava-o a tecer alguns breves comentários sobre o primeiro ano de mandato do actual Executivo Camarário, nomeadamente no que respeitava à área social, passando de imediato a informar que: em 2014 tinham sido criadas as Comissões Sociais de Freguesia; em 2016 tinha sido criado o Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios na Área Social; no âmbito da potenciação do trabalho desenvolvido pelos Contratos Locais de Desenvolvimento Social tinha sido possível desenvolver a acção social no Município de Coimbra em três eixos de intervenção: Emprego, Formação e Qualificação; Intervenção, familiar e parental preventiva da pobreza infantil; Capacitação da comunidade e das instituições e, naquele contexto, tinham sido criadas salas comunitárias de apoio ao estudo nas Juntas de Freguesia, implementados programas de ocupação nas interrupções lectivas e realizadas acções de capacitação junto da população mais carenciadas, acções de capacitação da população jovem, nomeadamente na área do empreendedorismo jovem, entre outros;
- Afirmou que após análise das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019 e tendo em consideração o que tinha sido cumprido em 2018, facilmente se percebia a diversidade de projectos e a sua abrangência, em especial junto das populações sem-abrigo e sénior, exemplificando: Uma Mesa para os Avós; Teleassistência ao Domicílio; Programa Municipal Socioeducativo e Intergeracional; Projecto de Intervenção com os sem-abrigo de Coimbra e o Centro Municipal de Intervenção Social, estando também já em desenvolvimento outras medidas como: Programa Coimbra Segura e a Comissão Municipal de Apoio ao Idoso

### **Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD):** [\(áudio 40:04 a 45:50 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Disse que o PSD se associava ao voto de pesar pela morte do Dr. Manuel Claro, como autarca e como socialista, deixando uma palavra de conforto à família e ao seu filho Rui Claro e também uma palavra à família de João Gama, funcionário da Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais;
- Mais disse que era uma dia importante para o seu partido pois apresentavam uma Moção de Censura ao executivo da Câmara Municipal de Coimbra, da qual falariam em momento próprio mas queriam sobretudo orientar a sua intervenção para as moções apresentadas da CDU e dos CpC, chamando apenas à atenção para dois aspectos da Moção da CDU que os distanciavam, porque não concordavam



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

que naquela fase se procedesse à extinção do Metro Mondego e à alteração radical do projecto de mobilidade pensado presentemente através do Metro Bus, pois não poderiam permitir que depois de 20 anos de estudos e projectos fossem colocados em causa todos os projetos de mobilidade;

- Mais disse que não haveria nenhuma maternidade nova em Coimbra nos próximos 5 anos porque tinha havido uma interseção política, designadamente do Presidente da Câmara, sobre aquela matéria, que tinha alterado radicalmente o processo de investimento em Coimbra, e porque também não havia equipa de projeto, não havia concurso de projecto, não havia concurso de empreitada, previsível para 2020, não havia nenhuma alínea prevista no Orçamento de Estado para de 2019, perguntando, em que é que aquela matéria jogava com o Metro?
- Terminou afirmando que qualquer alteração de um sistema, que tinha tudo para ser executado, iria prejudicar a solução, não só da parceria regional com Lousã/Miranda do Corvo, mas também da componente urbana de Coimbra, por isso não era correcto, tinha que ser definida a linha do hospital, uma nova estação multimodal com autocarro, metro, comboio e uma nova estação intermodal e por isso tinha que se avançar com o projecto do Metro Mondego, portanto, não poderiam apoiar a proposta da Moção apresentada pela CDU.

### **Intervenção do deputado municipal António Correia (PS):** [\(áudio 46:16 a 47:57 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Informou que o anúncio realizado recentemente pelo Primeiro-Ministro e pelo Ministro do Planeamento e Infraestruturas do Governo de Portugal, sobre a Reprogramação do “Portugal 2020”, onde o Sistema de Mobilidade do Mondego constava como um dos projeto-bandeira. Era uma excelente notícia para a cidade e para a região pois havia demasiados anos que se aguardava aquele projeto que consistia na criação de uma ligação de transporte público entre Coimbra e os concelhos limítrofes. Era uma excelente solução, com ou sem túnel de Celas que visava resolver o problema dramático de ligação de Coimbra aos concelhos vizinhos, e que iria contribuir para uma profunda alteração do paradigma da mobilidade urbana, ao mesmo tempo que gerava crescimento, criava emprego, para além de ser ainda uma solução sustentável do ponto de vista ambiental;
- Disse ainda que o Sistema de Mobilidade do Mondego, ao deixar de estar num programa regional, para passar a estar inscrito no POSEUR, vinha ainda permitir que as verbas alocadas no programa regional fossem canalizadas para outras prioridades na região, demonstrando não só convergência e coesão regional, mas também como convergência e coesão nacional e europeia.

### **Intervenção da deputada municipal Filomena Girão (SC):** [\(áudio 48:45 a 56:35 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Começou por informar que desde Outubro de 2017 que, esperavam do Executivo PS/PCP a apresentação de uma estratégia tendente à concretização desse desígnio tão proclamado em época de promessas eleitorais, que tinha sido o de “Valorizar Coimbra”, mas o desígnio da desejada valorização tinha-se transformado numa miragem, porque, aquela valorização pressupunha mudanças urgentes no combate ao clientelismo, na condenação do nepotismo que infectava as instituições públicas, na adopção de práticas realizadoras da democracia, que verdadeiramente aproximassem governantes e governados;
- Dirigiu-se ao Presidente da Câmara Municipal dizendo-lhe, que era preciso decidir firme e responsabilmente, sim, mas de acordo com as necessidades da cidade e do concelho, era preciso ouvir as pessoas, era preciso criar uma rede de confiança com os munícipes e com os demais responsáveis pela governação, nomeadamente com os presidentes de junta que, lamentavelmente, se sentiam sozinhos, abandonados, reféns de orçamentos mínimos e irrazoáveis e de injustificáveis atrasos nos pagamentos das verbas atribuídas pela Câmara e, porque Coimbra merecia mais, Coimbra merecia uma atitude de abertura e transparência, de respeito democrático por todos;
- Mais disse que posição do Executivo perante a oposição era, tristemente, a de lhe fazer oposição, não percebendo que estava a fazer oposição a Coimbra, fechando os olhos aos contributos, às ideias e às propostas de outros representantes do povo e, como tal, fazendo oposição ao desenvolvimento estratégico e sustentado do concelho, desaproveitando as oportunidades de um regime democrático. Coimbra tinha uma governação que vivia de si e para si própria, negligenciando a cidade e a sua população em nome da oposição à oposição, a pensar apenas na sua sobrevivência política, tinha uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

governação alheia ao pulsar da cidade, dos bairros e das aldeias e da população que ali trabalhava e vivia, mas também alheia ao pulsar da região Centro e do país;

- Dirigiu ao Presidente da Câmara afirmando que era preciso, aproximar os centros de decisão e os serviços municipais do quotidiano dos munícipes, através de uma participação inclusiva dos cidadãos na vida democrática e o Executivo Camarário deveria ser disso exemplo;
- Terminou afirmando que Coimbra precisava de uma liderança coesa, que apelasse à participação cívica e democrática, em prol de uma cidade e de um concelho mais fortes, tão orgulhosos da sua identidade que não se bastassem com o passado e a tradição mas que construíssem um futuro inovador, capaz de atrair gente, de justificar investimentos e de mudar a vida de uma população que ia ficando mais só, mais velha e mais indiferenciada.

### **Intervenção do deputado municipal Vitor Parola (PS):** [\(áudio 57:10da 1ª gravação a 05:0 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Informou que na Freguesia de Cernache, a Associação Desportiva e Recreativa do Loureiro (ADRL), fundada em 13 de Agosto de 1980, vinha a desenvolver ao longo de anos, importantes atividades de carácter social, desportivo e cultural, importando destacar o trabalho desenvolvido havia quase três décadas, no sentido da recolha, investigação e divulgação, junto da população local e a nível mais alargado, de um importante elemento da cultura tradicional, os brinquedos populares. Em 1990, tinha sido criado o “Clube dos Brinquedos Populares”, sendo a coleção atual constituída por cerca de 100 brinquedos e por mais 30 quadros com texto e fotografias de brinquedos, que vinha a ser disponibilizada pela ADRL para diferentes exposições, por todo o país e no estrangeiro, mas tornava-se indispensável encontrar um espaço que recebesse o espólio com a dignidade que o mesmo merecia, e que permitisse, ao mesmo tempo, que os visitantes apreendessem da forma mais ajustada possível às respectivas idades e memória cultural, as mensagens que o contacto e a experiência direta com aquele tipo de materiais lúdicos lhes proporcionariam;
- Existindo no Loureiro um equipamento social devoluto, o edifício da antiga Escola Primária do Loureiro, a ADRL tinha proposto à Câmara Municipal, instalar nele, após as obras necessárias, um velho projeto, o “*Museu Escola do Brinquedo Popular e Tradicional*”, único, deste género, no país, pois seria também um modo de voltar a colocar aquele edifício, ao serviço das populações;
- Terminou afirmando que, não podia deixar de estranhar, o voto contra da CDU, uma vez que a liderança da Junta de Freguesia de Cernache, era atualmente daquela formação política, e por isso, deveria regozijar-se, por aquela decisão da Câmara Municipal, que enriquecia aquela Freguesia, pois, Cernache estava mais rica culturalmente, e por isso, as suas gentes mais felizes.

### **Intervenção do deputado municipal Rui Marques (PSD):** [\(áudio 05:22 a 08:20 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Disse que em boa hora o Grupo Municipal Cidadãos por Coimbra tinha apresentado a Recomendação sobre os “Jardins do Mondego” e sem prejuízo daquilo que o PSD, pela sua voz, tinha afirmado na última sessão da Assembleia Municipal e sobre a qual o Presidente da Câmara Municipal tinha respondido que era um assunto do âmbito judicial portanto, era claro que não havia, nem haveria qualquer intenção de interferir no segredo de justiça, mas pensava que todos os presentes já tinham sido interpelados no dia-a-dia, pelos munícipes sobre aquela situação;
- Propôs que, aprovada que fosse aquela recomendação, sugeria que a Comissão de Assuntos Jurídicos, chamasse o Vereador Paulo Leitão a prestar os esclarecimentos a prepósito daquele assunto, porque, a aquela zona da cidade, merecia ser cuidada e arranjada e assim estar disponível para ajudar a enquadrar o Metro Bus e o Parque Verde
- Terminou dizendo relativamente ao Parque Verde e, não fora a situação do empreiteiro da obra, após as cheias de 2016 e, passados 3 anos, sem que aquela obra estivesse concluída e, 4 anos em que a cidade não usufruía daquele espaço, era tempo suficiente para haver lugar a uma posse administrativa, elaboração de novos projectos, concurso público e conclusão da empreitada;

### **Intervenção da deputada municipal Helena Mendes (CDS-PP):** [\(áudio 08:58 a 13:47 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Disse que havia pouco mais de um ano, que 19% dos eleitores de Coimbra tinham decidido democraticamente, entregar o poder local ao Partido Socialista, crentes de que as promessas de campanha teriam alguma tradução no desenvolvimento do concelho e na melhoria das suas vidas, mas





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

o arranjo político para a composição de uma maioria tinha determinado a formação do Executivo, com a participação do Partido Comunista, fazendo assim passar dos 19 para os 23% a percentagem dos eleitores aos quais cabia a responsabilidade directa pela actual governança camarária;

- Mais disse que o que se previa em termos de visão estratégica para o Concelho, no próximo ano, era uma mão cheia de frases eloquentes, desprovidas de consistência, de realismo e até mesmo de verdade;
- Relativamente à execução orçamental, questionou o Presidente da Câmara, se estava em condições de os informar, sobre: Quantos programas previstos no Orçamento anterior tinham sido integralmente cumpridos? Por que razões inteligíveis não tinham sido cumpridos os restantes? O que se tinha passado em concreto com as “Docas”, com a “Via Central”, com a via “Santa Clara – São Marinho do Bispo” e com tantas outras obras orçamentadas e não concluídas ou mesmo iniciadas? O que tinha sido feito para captar investimento e fixar empresas? Que acções concretas tinham sido efetivamente desenvolvidas no âmbito do item “*Desenvolvimento Económico e Apoio à Actividade Empresarial*”? Com que resultados? O que tinha falado para que fosse tão confrangedoramente evidente a incapacidade para manter limpa e cuidada a cidade? Como era possível, com a extraordinária verba de 9020€ ao dispôr, não se ter conseguido nenhum resultado do apoio aos sem-abrigo? O que se tinha passado com as transferências para as Freguesias, porque se ouvia repetidamente os Presidentes da Junta a lamentarem-se com falta das verbas necessárias para dar resposta às necessidades dos seus fregueses?

### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):** [\(áudio 14:50 a 19:31 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Disse que sobre a Recomendação do CpC apenas poderia dizer que se vivia num estado de direito, que não estava ali em causa, mas também se tinha o poder executivo da Câmara e o poder de judicial, que se tinha de respeitar, lembrando que o problema dos “*Jardins do Mondego*”, em 2002/2004 se tinha procedido à alteração do alvará e tinha sido decidido, por decisão judicial, anulados dois lotes, o lote 1 e o lote 18 e, em 2011, 3 deliberações sucessivas tinham alterado o loteamento numa tentativa de contornar a decisão judicial, que estava judicialmente impugnada e que deixava de a Câmara Municipal de “*mãos atadas*” para desenvolver fosse o que fosse enquanto não fosse conhecida a decisão judicial, portanto o Partido Socialista não se opunha àquela recomendação;
- Relativamente à Moção da CDU sobre a “*possibilidade de se encerrar a Estação Nova em Coimbra, arrancando os carris entre esta estação e a estação de Coimbra B*”, esclareceu que, Coimbra era um caso muito particular em que a ligação da rede Regional da Linha da Lousã, à Rede Ferroviária Nacional era feita atravessando o centro da cidade, impedindo assim, a sua conveniente articulação com o rio, pois, a localização de “*Coimbra A*” apesar da sua boa localização e da existência de um edifício mais adequado relativamente a “*Coimbra B*”, constituía uma barreira que separava a cidade do rio e, por aquele facto, tinha-se sido necessário separar o Ramal da Lousã da Rede Nacional Ferroviária, assim, a única forma de ligar as duas linhas, só poderia ser feito com um sistema que pudesse compatibilizar os espaços públicos, tendo dado origem em Maio de 1966 a Sociedade Metro Mondego para o desenvolvimento do Projecto do Metro de Superfície;
- Terminou informando que o Partido Socialista não poderia votar favoravelmente aquela Moção porque para além do exposto anteriormente, o Metro Bus constituía presentemente um projecto aprovado e cofinanciado, com a verba de 50 milhões de euros e Coimbra não poderia perdê-lo.

### **Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:** [\(áudio 19:57 a 20:54 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Informou que terminado que estava o “*Período de Antes da Ordem do Dia*” propunha que se passasse à votação da Moção da CDU uma vez que, a Recomendação do CpC, não carecia de votação, pois tinha sido aceite, que a mesma baixasse à “*Comissão de Assuntos Jurídicos*”.

### **Deliberações**

A Moção do Grupo Político da CDU sobre: “*a possibilidade de se encerrar a Estação Nova em Coimbra, arrancando os carris entre esta Estação e a Estação de Coimbra B*”, foi rejeitada, por maioria, com 5 votos a favor, 31 votos contra e 3 abstenções;





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Recomendação do Grupo Político do CpC sobre: “*Jardins do Mondego*”, baixou à Comissão de Assuntos Jurídicos.

### III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

#### 1. Intervenção do Presidente da Câmara: [\(áudio 23:15 a 30:35 minutos – 2ª gravação\)](#)

Nos termos da alínea c) do nº 2 do artº 75º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi apresentada e distribuída a informação escrita acerca da actividade e situação financeira da Câmara Municipal durante o período. O Presidente da Câmara Municipal esclareceu os pontos da sua informação escrita.

- Sobre questão da empreitada das “Docas” recordou, que naquela Assembleia Municipal tinha usado a expressão que “Docas” “*não sabiam nadar*” porque as cheias que tinham determinado a inutilização daquele equipamento municipal, vindo da Sociedade Coimbra Polis, tinham decorrido em Janeiro de 2016, aquando de uma produção intensiva de turbinagem, por ganância, da Barragem da Aguieira e, a cidade de Coimbra, até à data não tinha ressarcida daqueles estragos;
- Mais disse, que a Câmara Municipal, mesmo sem a devida compensação do Estado, para a intervenção onerosa, tinha desencadeado o procedimento para contratação pública e tinha adjudicado, nos termos do Código dos Contratos Públicos a empreitada, mediante concurso público, aberto e concluído;
- Disse que durante um processo de uma empreitada, tinham que ser cumpridas as etapas que legitimassem a tomada de posse administrativa, sob pena de não sendo cumprindo o prazo de execução estabelecido pelo Código de dos Contratos Públicos, poderia haver posse administrativa, mas se a empresa ainda mantivesse o alvará, a Câmara Municipal não poderia fazê-lo;
- Informou que estava em elaboração um decreto-lei no âmbito de um Fundo de Gestão que visava apoiar as universidades, os politécnicos, as autarquias, para a reabilitação de imóveis destinados a habitações estudantis, e, assim que chegasse, seria elaborado um parecer sobre o projecto de lei, em sede da ANMP e, se corresse tudo bem, seria enviado para o Fundo Imobiliário por forma a ajudar entidades públicas ou equiparadas, a integrar património, com vista à reabilitação e com vista ao financiamento, por parte daqueles que tivessem aquela disponibilidade;
- Terminou informando os deputados municipais bem como, a comunicação social que lhes seria entregue o Link dos documentos originais, por ordem de transparência da sua intervenção naquele “*Período de Antes da Ordem do Dia*”

#### • Grupos Políticos

#### Intervenção do deputado municipal José Rodeiro (PSD): [\(áudio 31:27 a 38:22 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Pediu permissão para dirigir uma palavra especial ao Deputado Municipal Rui Claro, manifestando o seu apreço publicamente, pelo cidadão exemplar, pelo autarca, pelo colega, Manuel Claro;
- Dirigiu-se seguidamente ao Presidente da Câmara Municipal dizendo que em consequência da leitura da sua informação, distribuída à Assembleia Municipal, onde constava que tinham sido aprovadas as GOP’S para 2019, visando o orçamento “Valorizar Coimbra” e a consolidação do concelho, como uma cidade cosmopolita, criativa, empreendedora, de investimento, de tecnologia e de inovação;
- Assim, se era discutível que o Executivo Municipal era o único, era exímio, na recolha de impostos e taxas, sobrecarregando os municípios, em linha de continuidade do governo, daí advindo um excesso de saldos, que pela sua dimensão eram por vezes improdutivos e estéreis, não era menos verdadeiro que dizer, que Coimbra estava longe de ser a cidade, cosmopolita, criativa, empreendedora e de investimento, de que tanto se ufanavam, fosse o Executivo, fosse o conjunto dos deputados do Partido Socialista;
- Terminou dizendo se como cidade, criativa, empreendedora, de investimento e de tecnologia, se se entendesse que o Executivo Municipal, que manifestamente era avesso para não acrescentar o estilo à renovação dos seus parques industriais, ao acolhimento de novas unidades indústrias, então poder-se-ia acrescentar, que o Partido Socialista da cidade, em particular, o Executivo que governava vinha tecendo uma meada de ficção e de louco e por isso e por muito mais, se contrariava o optimismo do Executivo Municipal de Coimbra do Partido Socialista a que o PCP estrategicamente se associava, quando afirmava que Coimbra era um concelho cosmopolita, criativo e empreendedor.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Intervenção da deputada municipal Isabel Garcia (PS):** [\(áudio 38:53 a 40:51 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Disse que numa estratégia de melhoramento da qualidade de vida dos habitantes da cidade de Coimbra, o Executivo Municipal tinha realizado um conjunto de acções que eram presentemente uma realidade, pois a qualidade de vida de uma população, não passava só pelo acesso a certos bens e serviços, mas sim ao acesso à saúde e à cultura;
- Terminou informando que, dada a época natalícia a Câmara Municipal tinha promovido vários eventos, destacando a Pista de Gelo sita no Terreiro da Erva, entre outros de modo a promover a cidade e o Centro Histórico num esforço conjunto

### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):** [\(áudio 42:07 a 43:53 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Começou por dizer que compreendia que o Líder do PSD estivesse exausto sobre o assunto do “Metro Mondego”, porque se lembrava muito bem da sua atitude porque quando lideravam, expressavam não querer “dar mais para aquele assunto”;
- Quanto à maternidade disse estar convicto que haveria antes dos 5 anos, isto se liderasse o Partido Socialista e se não fosse, admitia que talvez houvesse dali a 10 anos;
- Dirigiu-se ao Deputado Municipal José Rodeiro dizendo-lhe que quem tinha aumentado os impostos nomeadamente o IMI, tinha sido a maioria absoluta do PSD e do CDS-PP;
- Terminou dirigindo-se á Deputada Municipal Helena Mendes, afirmando que era bom de contas, e a comprová-lo disse, que aquando do governo do PSD/CDS-PP, a despesa de capital executada tinha sido apenas de 38% e, presentemente, a transferência para as freguesias era de 2 milhões, quando, até então, as freguesias não tinham tido o 1% obrigatório e a que tinham direito.

### **2. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019 da Câmara Municipal de Coimbra;**

- **Delegação de Competências Municipais nas Uniões e Juntas de Freguesia;**
- **Mapa de Pessoal para 2019;**
- **Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;**

### **3. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra;**

- **Mapa de Pessoal para 2019**

### **Intervenção do deputado municipal José Simão (PSD):** [\(áudio 44:58 a 46:06 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Disse que relativamente ao documento apresentado pelo Presidente da Câmara, logo no primeiro parágrafo, referia o furacão Leslie e uma espécie de elogio, a um número de entidades, mas de facto, todo o trabalho tinha sido executado pelas juntas de freguesias, por isso, entendia que o Presidente da Câmara deveria também, naquele documento, ter elogiado os presidentes de Juntas de Freguesia.

### **Intervenção da deputada municipal Lúcia Santos (CDS-PP):** [\(áudio 46:36 a 50:43 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Informou que em 2018 tinha iniciado a sua intervenção sobre as GOP e Orçamento dizendo que o que faltava em definição de financiamento, faltava em imaginação para trilhar o caminho rumo a um futuro próspero que afirmaria Coimbra como uma das melhores cidades a nível nacional, mas lamentavelmente, o mesmo não poderia dizer passado um ano, porque na área do desenvolvimento socioeconómico e apoio à atividade empresarial, ficava claro que a Câmara Municipal de Coimbra ia ficar no topo do ranking dos municípios que mais tinham criado emprego virtual e que com o ambicioso investimento que se antevia para o iParque nas GOP 2019, percebia-se que se iria continuar no plano virtual, na área da dinamização e promoção do turismo, percebia-se nas GOP 2019 que os problemas que Coimbra tinha, iria continuar a ter;
- Mais disse, que o turismo tinha crescido porque tinha que crescer, tinha crescido porque Coimbra tinha entrado no roteiro internacional dos locais Património Mundial, tinha crescido, porque Portugal tinha tido uma estratégia audaz para o turismo, que Coimbra continuava a não conseguir aumentar significativamente o tempo de estada média, continuasse aquém da média nacional, continuamos a ser ponto de passagem e não ponto de permanência e, a caminho do sexto ano de mandato, continuava-se a assistir a uma ausência de estratégia digital para o turismo em Coimbra.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Terminou afirmando, que por todas aquelas razões, e outras, o CDS iria votar contra as GOP e Orçamento para 2019.

### **Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:** [\(áudio 50:50 a 52:56 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Sugeriu que os Ponto 2 e 3 fossem discutidos em conjunto como era de aprache e se todos concordassem. Assim se faria e os anteriores intervenientes quisessem tomar da palavra, ser-lhe-ia concedida;
- Disse que gostaria que o Presidente da Câmara Municipal, que se encontrava ausente, tivesse a oportunidade de dizer algumas palavras, sobre as GOP'S e Orçamento para 2019 e, se quisesse, poderia fazê-lo no fim do debate, pedindo no entanto ao Vice-Presidente da Câmara, que fizesse chegar aquela pedido ao Presidente da Câmara Municipal.

### **Intervenção do deputado municipal Rui Soares (SC):** [\(áudio 53:21 a 56:49 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Começou por dar os parabéns aos presidentes de junta, porque as GOP'S e o Orçamento para 2019 já se encontrava fechado, mas os presidentes de junta tinham reunido na 6ª feira anterior para o discutir e tinham concluído, que 11 juntas de freguesia iriam ter menos dinheiro do que tinham até então por isso estariam dispostos a votar contra aquele documento, mas tendo conseguido assim, reunir com o Presidente da Câmara Municipal, na 2ª feira seguinte, tinham conseguido 2 milhões de euros, 1 milhão para as juntas e 1 milhão para o alcatrão.

### **Intervenção do deputado municipal José Lucas (CpC):** [\(áudio 57:28 da 2ª gravação a 04:01 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse terem selecionado 3 áreas que, na vida real, se entrecruzavam, mas que sofriam de clara compartimentação naqueles documentos: a requalificação urbana, a mobilidade e a cultura, que para além das classificações económicas e dos números que lhes correspondiam não serem suficientemente visíveis as ideias globais e os projetos estruturantes, ao serviço dos quais aqueles deveriam estar, pois havia a necessidade urgente de conjugar políticas setoriais e de as reconfigurar em projetos coerentes de maior largueza de vistas, visando uma vida urbana de maior qualidade para os cidadãos e cidadãs;
- Mais disse que, o Movimento ‘Cidadãos por Coimbra’ considerava absolutamente prioritário que os órgãos municipais colocassem, com urgência, aquele debate em cima da mesa, pois a aquisição para reabilitação e lançamento no mercado do arrendamento de imóveis degradados no centro da cidade, era essencial para se evitarem os resultados negativos da gentrificação dos centros;
- O Movimento ‘Cidadãos por Coimbra’ entendia que, mesmo que o Metro Bus estivesse a funcionar nos próximos 3 ou 4 anos, uma reflexão global sobre as acessibilidades e a mobilidade motorizada, a pedonal e a ciclável, no território municipal, era de grande urgência, já quanto ao tráfego motorizado, propunham que, faseadamente, se fossem delimitando mais zonas no centro da cidade, interditas a transporte particular;
- Relativamente ao grande projeto de “*Candidatura de Coimbra a Capital Europeia de Cultura/2027*”, disse já terem decorrido vários meses desde o seu anúncio, mas tardava em conhecer as suas grandes linhas de orientação, pois a sua apreensão, não se restringia àquilo, decorria da verba prevista nas Opções do Plano;
- Criticavam mais uma vez, a indefinição acerca do enquadramento institucional do Convento de S. Francisco e a não marcação dum prazo para o termo da situação precária em que a sua gestão se encontrava;
- Terminou afirmando que por todas aquelas razões e uma vez que a reflexão sobre a Coimbra, que desejavam continuava adiada, votariam contra aquele Orçamento e as Opções do Plano para 2019 e, quanto ao Orçamento e Opções do Plano dos SMTUC, abster-se-iam na sua aprovação.

### **Intervenção da deputada municipal Carolina Patricio (PSD):** [\(áudio 04:25 a 07:52 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Disse acreditar, que motivado pela época do ano em que as GOP'S eram apresentadas pelo Executivo, entendiam-nos como um conto de natal para crianças, porque o fantasma da oposição do natal passado, tinha alertado para a falta de ambição para as GOP's de 2018, perante aquilo, o velho Executivo tinha mantido a sua postura, “*rabugenta, teimosa, de gestão corrente*”;
- Mais disse que o Executivo PS continuava a ser um “*administrador*” que fixava impostos às famílias e as empresas, que os aplicava em despesas diárias e em novas pontuais, sem nunca investir o dinheiro





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

recolhido em projectos globais ou sustentados, pois, continuava a não ser apresentada uma estratégia de planeamento de requalificação e qualificação urbana para a Baixa e Centro Histórico, continuava a falta de política de atractividade para a fixação de novas empresas, continuava a não haver soluções para os transportes públicos, continuava a não haver novidade para o Aeroporto Internacional de Coimbra, não havia qualquer resposta para as questões sociais, resumindo, a Câmara Municipal ainda não tinha percebido o grave problema da fuga dos jovens altamente qualificados, portanto, aquelas GOP'S, eram uma ofensa à história e ao potencial de Coimbra e como tal, acreditavam que aqueles documentos eram provisórios da mesma forma como tinham sido os de 2018;

- Terminou informando, que com aqueles documentos, iriam votar contra aquelas GOP's.

### **Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):** [\(áudio 08:17 da a 19:24 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Afirmou que um Plano e Orçamento era sempre uma carta de intenções que valia como tal e como tal, deveria ser avaliado, porque o que estava em apreciação, eram as prioridades políticas da maioria do Executivo para o próximo ano;
- Disse que com o início de um novo mandato, nada tinha mudado, ainda que por proposta da CDU, as sessões de Câmara tivessem passado a ser públicas;
- Disse que a CDU, fiel ao entendimento que reiterava, de que os executivos municipais eram órgão colegiais, tinha apresentado um conjunto de propostas que queria ver acolhidas, no curto prazo, na execução orçamental, mas as propostas apresentadas pelos vereadores do PS na Câmara de Coimbra mantinham no essencial as características das anteriores, não permitindo resolver problemas e insuficiências sérias em áreas prioritárias;
- Mais disse que, manter a incapacidade de realização dos eleitos das freguesias, pertencessem a que partidos pertencessem, era um absurdo que não se compreendia, era fundamental que se transferisse para as freguesias, no mínimo, 10% do orçamento total, até ao fim do mandato, porque o futuro orçamento rectificativo, teria de reflectir-se num reforço das verbas a distribuir para as freguesias, mas o aumento de verbas teria ainda de ser acompanhado pela garantia e concretização efectiva do apoio dos serviços competentes do Município na elaboração dos projectos, para que não houvesse atrasos na sua execução pelas freguesias ou priorização obscura dos projectos a executar e se necessário reforçar-se com meios humanos e materiais o Gabinete de Apoio às Freguesias e, era também urgente reforçar o quadro de pessoal, na exacta medida das necessidades, das unidades orgânicas que prestavam serviços essenciais à população, nos sectores da higiene, espaços verdes e jardins, obras, transportes, bombeiros municipais ou nos serviços de habitação;
- Também os concursos de admissão de pessoal, eram insuficientes, exigindo que fosse efectuado um levantamento das necessidades nos diferentes sectores para que durante o ano seguinte a situação se alterasse e se concretizasse aquele objectivo;
- Relativamente à Candidatura de “Coimbra a Capital Europeia da Cultura 2027”, disse constituir um enorme desafio, que deveria mobilizar todos os cidadãos, exigindo que a política cultural do concelho, assumisse aquela candidatura, se desenvolvesse para além da mesma, por isso importava discutir com os agentes culturais da cidade e regulamentar um novo modelo de apoio ao associativismo cultural, urgia reforçar e diversificar os apoios ao Associativismo Cultural, transferindo verbas, das rubricas de Animação e Iniciativas Culturais Relevantes, para os apoios aos agentes culturais da cidade, urgia definir um modelo de gestão e missão do Convento de São Francisco e importava elaborar um Plano Estratégico Cultural da Cidade, no âmbito da Candidatura e assim seria o garante de que o projecto “Coimbra Capital Europeia da Cultura”, deixaria raízes e frutificaria para os cidadãos, para além de 2027;
- Consideravam que não se poderia adiar mais a elaboração de um plano que permitisse melhorar as condições de mobilidade pedonal e o serviço público prestado pelos SMTUC, deveria ser estendido a todo o concelho;
- Terminou afirmando serem aquelas o conjunto de exigências que colocavam ao Executivo, considerando que todas eram urgentes e exequíveis, sem que fosse necessário aumentar as despesas para o ano de 2019.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

**Intervenção do deputado municipal José Albino (SC):** [\(áudio 20:01 da a 00:00 minutos – 3ª gravação – audição imperceptível\)](#)

**Intervenção da deputada municipal Rosa Isabel (PS):** [\(áudio 00:02 a 05:10 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou que os partidos políticos, os movimentos de cidadãos e todos os que se dispunham ao exercício da atividade pública/política com o intuito de servir causas públicas em prol de uma sociedade livre, justa, fraterna, igualitária, requeria da parte dos seus intervenientes uma responsabilidade cívica e democrática. No seguimento daquele raciocínio entedia que não deveria estar a ser muito fácil, aos munícipes do concelho perceberem porque era que os diferentes partidos e movimentos de cidadãos, com assento na vereação e na Assembleia Municipal, não tinham participado na construção das Grandes Opções do Plano para 2019, por ausência de ideias/propostas ou por falta de comparência?
- Disse que as GOP's continuavam a demonstrar a responsabilidade que o Executivo tinha de servir bem o concelho e os seus munícipes e, se no quadriénio transato se tinha assistido à notícia de que iria acontecer, naquele quadriénio estava e continuava a ver acontecer: o desassoreamento do Rio; a primeira fase da Via Central, terminada; o Convento São Francisco em pleno funcionamento; o coração da cidade, o centro histórico, em franca reabilitação, urbana e privada; a margem direita, os muros e a ligação de Coimbra-B/Coimbra-A, tinham começado "*os primeiros passos*"; a requalificação do Parque Verde e do Parque da Cidade, em curso; os SMTUC a serem modernizados; a nova Ponte Pedonal na Praia Fluvial dos Palheiros e Zorro; o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, a decorrer em "*velocidade cruzeiro*"; o PEDU, uma estratégia consolidada e transversal em áreas fulcrais/essenciais: como a reabilitação urbana; a regeneração urbana associada às comunidades desfavorecidas e a mobilidade sustentável;
- Afirmou que com o decorrer da constante reabilitação urbana, fosse privada ou pública, aliada ao exponencial crescimento do Turismo, via-se Coimbra, a mexer, via-se o seu tecido económico a desenvolver-se, exemplificando: maior crescimento de sempre na hotelaria; a Plural a inaugurar as suas novas instalações, na zona Industrial da Pedrulha, resultante de um excelente exemplo de reabilitação da antiga Fábrica da Cerveja de Coimbra; a construção de uma nova unidade industrial pela Bluepharma; a expansão da empresa Lugrade; a compra do antigo edifício da Coimbra Editora pela Critical Software; a compra do edifício da antiga EDP e, a possibilidade de instalação de uma empresa internacional no Iparque, um investimento de 30M € e a criação de 350 postos de trabalho;
- Afirmou também que era uma Autarquia cada vez mais participativa e envolvente dando como exemplo o Orçamento Participativo, pois tinha sido aquele Executivo o responsável pela sua implementação e tinha decidido dotar a Edição do Orçamento Participativo de 2019, com a verba de 500.000€, portanto, o Executivo estava a cumprir o que tinha prometido, estava a "*Valorizar Coimbra*", Coimbra estava a crescer, Coimbra estava a desenvolver-se, Coimbra estava no mapa dos investidores, Coimbra estava a criar condições para fixar novas empresas; Coimbra estava a criar condições para fixar os seus jovens; Coimbra estava a evoluir.
- Afirmou que se estava a discutir as GOP's e Orçamento para 2019, bem como a sua importância para o concelho, e talvez fosse oportuno pensar em moções de censura, sim, mas à oposição, que em pouco ou nada tinham contribuído para dar continuidade ao desenvolvimento da cidade; à postura do "complicar"; "dificultar"; "prejudicar" "atrasar" as ações e projetos daquele Executivo, que em nada beneficiavam Coimbra ou seus munícipes, porque uma moção de censura, na tentativa de responsabilizar a Câmara Municipal de Coimbra e o seu Presidente, por competências que não era suas, pedindo que se deixassem de políticas de "show off" e de demagogias, exigindo de todos uma participação democrática responsável, terminando informando que o PS iria votar favoravelmente as GOP's e Orçamento 2019.

**Intervenção do deputado municipal José Simão (PSD):** [\(áudio 05:50 a 05:10 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Disse que não contestava a gestão da Câmara Municipal, mas sim, a não ajuda às juntas de freguesia para efetuarem as suas obras;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Intervenção do deputado municipal Vitor Parola (PS):** [\(áudio 10:00 a 10:38 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Pediu ao Presidente da Assembleia Municipal que não lhe fosse contado o tempo para sua intervenção sobre as GOP's e Orçamento, porque queria dar daquela tribuna, resposta ao Deputado Municipal Pinto Ângelo, que antes lhe tinha feito uma ameaça, não admissível naquele espaço de liberdade ...;

### **Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:** [\(áudio 10:50 a 11:45 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Interrompeu a intervenção do Deputado Municipal informando-o, que naquela Assembleia Municipal havia um jargão, uma linguagem e uma forma de tratamento pública, que era apta a dignificar, pedindo-lhe que tivesse cuidado na linguagem, porque apesar da palavra ser livre, a asneira não era livre.

### **Intervenção do deputado municipal Vitor Parola (PS):** [\(áudio 12:13 a 16:19 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou que as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019 da CMC representavam um avanço significativo no desempenho autárquico, nomeadamente, pela solidez do exercício e pela defesa do interesse do munícipe e como não eram velhos do Restelo, nem arautos da desgraça, nem profetas em muro de lamentações, e, não desistiam de Coimbra, exemplificando, com: o não aumento o preço da água; a tarifa de saneamento do consumidor; o tarifário dos transportes; as actualizações salariais; as progressões nas carreiras e capacitação em recursos humanos; promoção dos contratos interadministrativos e acordos de execução para 2019, considerado o factor de solidariedade e acréscimo de dotação de transferências, de forma a que, nenhuma Junta de Freguesia recebesse menos em 2019 do que o que tinha recebido no ano económico de 2018; a quebra de receita, devida à descida da taxa de IMI e à redução dos Fundos Europeus e de Cooperação Técnica e Financeira; o aumento do investimento na cultura, educação, desporto e juventude e na coesão territorial e desenvolvimento socioeconómico.

### **Intervenção do deputado municipal José Filipe (PSD):** [\(áudio 17:04 a 17:56 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou que tinha tido conhecimento, que os transportes públicos na sua Freguesia iriam ser reorganizados de modo a permitir a ligação à cidade, era um assunto que já tinha sido debatido pelo seu executivo, solicitando ao Presidente da Câmara, que o mesmo fosse cumprido o mais rápido possível e que fossem ouvidos de modo a que as carreiras fossem bem recebidas.

### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):** [\(áudio 18:30 a 27:36 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou que para o PS uma escolha e opção política clara tinha sido a redução de impostos e taxas que tanto pesavam nas famílias e pequenas empresas, tais como: O IMI, com a taxa mínima, sendo relevante destacar que, com as descidas das taxas de IMI, tinham sido poupados a cada munícipe 98€ naquele imposto; a melhoria da atividade económica e o aumento da capacidade produtiva, apesar da isenção de derrama para empresas com volume de negócios inferior a 150.000€ no ano transato, permitia sustentar a descida da receita; a tarifa da água e do saneamento; o preço dos transportes que não aumentam desde que o PS governava o município;
- Destacou, a redução do serviço da Dívida com empréstimos de médio e longo prazo, que no final do ano se previa reduzir em mais de 3,6 milhões, bastando aqueles indicadores, para se verificar o resultado de um grande rigor e transparência e boa gestão das finanças do Município que o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2017, recentemente publicado, o colocava no 11.º lugar do "*Ranking Global dos Municípios de grandes dimensões, na lista dos 100 melhores classificados globalmente*".
- Informou que as GOP's e Orçamento para 2019 tinham sido merecedores de um parecer prévio favorável do Conselho Municipal de Juventude, bem como de um alargado consenso dos Presidentes de Junta de Freguesia, portanto, era uma visão orçamental que tinha inscrita a ideia, de que "*Valorizar Coimbra*", valia a pena e, os valores a transferir pela Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia, em 2019, no âmbito dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências e Acordos de Execução totalizavam o montante de mais de 4 milhões de euros superando em mais de 1 milhão de euros os valores de 2018;
- Acrescia ainda referir que o apoio às Freguesias não se limitava aos instrumentos de delegação de competências, estando previstos nas GOPs para 2019, diversos investimentos a realizar nela





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

diretamente pelo Município, como era o caso da requalificação da Rua Direita e das Nogueiras na União de Freguesias de Coimbra, da Calçada da Rainha Santa em Santa Clara, ou do Largo de Celas em Santo António Tudo somado, o que representaria em 2019 mais de 6% do orçamento do Município.

- Teceu algumas notas agora sobre o Orçamento e GOP dos SMTUC, afirmando que em 2017, no final do 1º mandato do PS, a frota era composta por 155 veículos, mais 20 veículos que no mandato o PSD, porque a sua opção política era a privatização do sector, ao contrário da gestão do PS, que se afirmava no sentido de reforço do serviço público de transportes, preconizando medidas que contribuíam para uma cada vez maior sustentabilidade dos SMTUC, destacando-se, designadamente: Reorganização do processo de transportes escolares; Alterações da rede de transportes, e melhorando a fiabilidade dos horários praticados; Abertura dos SMTUC à sociedade;
- Terminou afirmando, que o PS votaria, favoravelmente o Orçamento e GOP'S da Câmara Municipal e dos SMTUC, para 2019.

### **Intervenção do deputado municipal João Campos (PSD):** [\(áudio 28:21 a 30:19 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se ao Deputado Municipal Ferreira da Silva informando-o de que no presente ano não havia só 1 milhão de euros, mas sim, mais de 2 milhões de euros, porque não tinha havido um centavo para a grande maioria das juntas de freguesia fazerem obras;
- Relativamente aos Acordos de Execução disse, que de 30 para 31 de Outubro, a cidade das 31 freguesias tinha “*morrido*”, bastando para isso ler o novo critério de “*Apoio de funcionamento das Freguesias*”, que antes se dividia o valor por 31 freguesias, mas presentemente dividia-se 80% por 7 freguesias a sua freguesia recebia 80% e as outras recebiam 20% por isso pediu que se fizesse um minuto de silêncio pela extinção das 31 freguesias.

### **Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):** [\(áudio 32:33 a 34:21 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informou que o sentido de voto da CDU relativamente ao Plano e Orçamento dos SMTUC, seria um voto favorável porque tinham registado os objectivos já conseguidos e as intenções programadas para o futuro;
- Terminou dirigindo-se ao Deputado Municipal José Albino informando-o que relativamente às transferências para as freguesias, o que tinha dito era, que era fundamental: “... *que se transferisse para as freguesias, no mínimo, 10% do orçamento total, até ao fim do mandato ...*”, afirmando, que entendia que, só por distração ou, por má assessoria, tivesse dito aquelas inverdades e as ligeiras provocações à CDU.

### **Intervenção do Presidente da Câmara Municipal:** [\(áudio 34:56 da 4ª gravação a 05:20 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Informou, que não iria discutir com a Assembleia Municipal, a questão de “*Coimbra, a cidade das 31 freguesias*” e tinha o gosto de ter criado aquela expressão, exactamente, quando se tinha sentido, também por Coimbra, também naquela sala, também na Assembleia Municipal de Coimbra, o impulso muito entusiástico do PPD/PSD para extinguir freguesias, tornando claro, que o Presidente da União de Freguesias de Coimbra, não teria o seu apoio naquele intento suicidário;
- Mais disse, que as GOP's apresentadas a votação, tinham muito em presença, os compromissos assumidos com os presidentes das juntas de freguesias, nomeadamente: o aumento de dotação; a clarificação de critérios e de métodos de coeficientes; uma exatidão de cálculos das dotações, por isso disse, que quando tinha detetado, que em sequencia da organização política, tinha ocorrido um erro dos serviços, tinha mandado entregar uma rectificação às células do excel, que não estavam devidamente ponderadas, tendo tido o cuidado de pedir, de imediato, desculpa e compreensão aos presidentes das juntas de freguesias, em nome do rigor e da seriedade e pelo exposto exigiu respeito pro ser uma questão democrática;
- Informou que na proposta do Orçamento apresentada a votação, num conjunto do universo municipal, não tinha sido aumentado o preço da água, nem os transportes, por ser uma questão de princípio porque os transportes, a água e outros bens públicos, que no universo municipal tinha a obrigação de apresentar aos cidadãos, deveriam ser generosamente tratados de modo a que, a coesão social e territorial, não entrasse em desequilíbrio;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Mais disse, que era importante relembrar que o Orçamento apresentado a votação, tinha do ponto de vista financeiro, decisões anteriores, como era o caso da assunção da redução do IMI, para o máximo que lei permitia e que tinha sido, por proposta da Câmara Municipal, aprovado pela Assembleia Municipal, contando com receitas de valor estimado de 102 milhões de euros;
- O Orçamento era equilibrado, havia leis que obrigavam e determinavam aqueles procedimentos e a Câmara Municipal, queira cumpri-lo escrupulosamente ma margem de risco aceitável, porque quando tinha sido elaborado aquele orçamento, era desconhecido o que iria acontecer na Lei do Orçamento do Estado, era desconhecido o que iria ser decidido na Assembleia da República, sobre a Lei do Orçamento de Estado, mas as expectativas, tinham sido a nível nacional, bastante satisfatórias para o poder local democrático, como por exemplo, a distribuição das refeições escolares às IPPSS e outras entidades similares;
- Quanto ao financiamento às juntas de freguesias disse, que era apresentado com alguma temeridade, porque estava em cima da mesa uma alteração significativa da Lei de Atribuições e Competências das juntas de freguesia, que tinha que ser observado, quando o diploma estivesse na recta final, por isso era importante naquele momento transitório, não haver margem para equívocos;
- Disse que também era importante referir, que em Coimbra, havia o Plano Estratégico do Desenvolvimento Urbano, que era um plano estratégico, onde estavam inseridas acções prioritárias, fossem para a área classificada do Parque Mundial da Humanidade, fossem na área de protecção ao Património Mundial da Humanidade, com o faseamento das acções, que tinha financiamento comunitário para as operações, que se encontrava aprovado e em vigor;
- Em Coimbra, havia um Plano de Mobilidade Urbana Sustentado, era um plano plurianual, o PT-Portugal 2020, iria até 2022, pelo que o faseamento daquelas acções, iriam decorrer da forma como estava delineado e tinha como expectativa, que até 31 de Dezembro, poderia submeter todas as operações, no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, que acrescentaria às receitas em orçamento Municipal, após a sua aprovação;
- Informou ainda, e porque a coesão territorial passava por uma arma de que o Município de Coimbra dispunha, Coimbra tinha resistido à tentação privatística dos SMTUC e tinha assumido, que criar uma Autoridade Urbana para a Área de Transportes, na área do Município, articuladamente com a Autoridade Regional ao Nível do Grupo 3 de Transportes de modo a colocar ordem no caos dos transportes colectivos de Coimbra e sua Região, e, nesse sentido o Município estava a adquirir e a reabilitar veículos de transportes colectivos com acesso à internet e a colocá-los ao serviço da população, por isso, os SMTUC eram fundamentais, para o grau civilizacional de acessibilidades de Coimbra, porquanto, Coimbra iria ter de novo a EcoVia, que tinha sido criada na década de 90, mas que tinha sido liquidada num governo autárquico do PSD;
- Na componente da água disse, que só após a reprogramação do Portugal 2020 existir uma janela de oportunidades de financiamentos de Fundos Europeus para o ciclo urbano da água, tinha instado todos os municípios para forçar a sua junção de modo a não ter de aumentar as tarifas da água e também, tinha instado a manutenção das 35 horas de trabalho, para os trabalhadores da administração local;
- Terminou informando que entendia era importante informar, que aquando da elaboração daquele documento, ainda não eram sabidas as conclusões de modo a poder integrar no Portugal 2020 o projecto do Metro Mondego, que tinha sido rejeitado várias vezes e tinha sido irresponsável o arranque dos carris entre Coimbra A e Coimbra B, e por isso, não permitia que o mesmo se repetisse, porque estava ali para servir a comunidade, concluindo, que tinha a honra e o orgulho de ser autarca, nunca a tinha enjeitado ninguém, apelando ao voto favorável das GOP'S e o Orçamento da Câmara Municipal assim como, dos SMTUC.

### ***Deliberação n.º 31/2018***

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 31 de Outubro e vinte e seis de Novembro de 2018, deliberou, por *maioria*, com 23 votos a favor, 22 votos contra e 6 abstenções, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

alínea b), do artigo 10º, do nº 2, do artigo 12º e do artigo 14º, todos da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro e respectivas alterações e, da Lei nº 67/2007, de 31 de Dezembro, o seguinte:

- **Aprovar** nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e em conformidade com as disposições constantes do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, diploma que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e respectivas alterações introduzidas pela Lei nº 315/2000, de 2 de Dezembro, Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de Fevereiro e Decreto-Lei nº 814-A/2002, de 5 de Abril, as “**Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019**” da *Câmara Municipal de Coimbra*, no total de 100.890.312€ na Receita e na Despesa, dos quais 81.108.011€ (80%) respeitam a Receitas Correntes e 19.782.301€ (20%) a Receitas de Capital e, quanto às Despesas, 61.129.496€ (55%) a Despesas Correntes e 39.760.816€ (45%) a Despesas de Capital, totalizando o PPI 34.447.689€ as AMR 32.060.238€ e as GOP 66.507.927€;
- A celebração de **Contratos de Delegação de Competências e “Acordos de Execução”** entre a *Câmara Municipal* e as *Uniões e Juntas de Freguesia*, nos termos da alínea k), do nº1, do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro;
- O **Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Coimbra para 2019**, nos termos dos artigos 28º e 29º, do Anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de Junho;
- O pedido de **Autorização Prévia** no âmbito da **Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA)**, nos termos da alínea c), do nº 1, do artº 6º, da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de Junho.

*Deliberações tomadas em minuta para efeitos imediatos.*

### **Deliberação nº 32/2018**

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 31 de Outubro, deliberou, por *maioria*, com 35 votos a favor e 16 votos contra, *aprovar*, as “**Grandes Opções do Plano e Orçamento**” dos **Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra para o ano de 2019**, nos termos da alínea a), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, da alínea b), do artigo 10º, do nº 2, do artigo 12º e do artigo 14º, todos da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro e respectivas alterações e da Lei nº 67/2007, de 31 de Dezembro.

Do mesmo modo, foi deliberado, *aprovar o Mapa de Pessoal para 2019*, dos *Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra*.

*Deliberações tomadas em minuta para efeitos imediatos.*

### **Declaração de voto deputado municipal Rui Soares (SC):** [\(áudio 14:50 a 15:53 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Disse que o que estava ali em questão não era o dinheiro, mas sim a falta de diálogo do Presidente da Câmara Municipal com os Presidentes de junta de freguesia, porque entendia que tinha que haver cumplicidade institucional.

### **Declaração de voto deputado municipal Ferreira da Silva (PS):** [\(áudio 16:16 a 16:29 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Disse que o Partido Socialista se congratulava pelo facto do Presidente da Junta da União de de Freguesias de Souselas e Botão, não ter conseguido boicotar 1 milhão de euros distribuídos por todas as juntas de freguesia.

### **Declaração de voto deputado municipal José Simão (PSD):** [\(áudio 16:58 a 17:16 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Pediu em tom de brincadeira à Senhora Vereadora que estava a tirar fotografias aquando da votação, que não usasse a sua imagem, porque apesar de estar de dedo no ar, ninguém saberia se estava a votar contra ou a favor.

### **4. Moção de Censura à Câmara Municipal apresentada pelo Grupo Municipal do PSD – (dada a sua extensão fica apenas a esta acta).**

### **Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PSD):** [\(áudio 19:44 a 39:06 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Disse que a sua intervenção seria mais interessante se o Presidente da Câmara estivesse naquela sala, mas na verdade a Moção não lhe era dirigida, mas iria explicar o porquê da mesma;
- Informou que aquela Moção era no sentido da cultura política e do futuro de Coimbra, perguntado a todos os deputados municipais se se sentiam entusiasmado por Coimbra? Se se lembravam de alguém,





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

na Europa ou Mundo, estava entusiasmado por Coimbra? Por isso aquela Moção era dirigida àqueles que achavam que Coimbra estava estagnada no tempo e não se encontravam entusiasmados, porque as lojas da baixa e do centro histórico estavam fechadas; os jovens tinham partido por falta de emprego, não havia novas industria de modo a permitir ter uma cidade mais activa, mais energética, Coimbra, já tinha perdido o comboio, o comboio de fixar os jovens, o comboio da indústria, dizendo que estava ali para outra cidade, falar dos 35 mil eleitores que não tinha votado naquele projeto político, porque poderia haver uma gestão partilhada, porque existiam grandes desafios que os poderia juntar, nomeadamente; a nova maternidade; o novo Palácio da Justiça; o Metro Mondego; o novo Sistema de Mobilidade Inteligente; mais e novas indústria; mais empresas;

- Mais disse que não teriam de cultivar sempre o desacordo político, mas isso construía-se com a cultura política de agregação, de dinamização, de participação de várias entidades, sem hierarquias e sem aquela divisão piramidal;
- Terminou pedido a todos que lesse a Moção de Censura, afirmando, que apesar da mesma não ter qualquer eficácia, tinha a eficácia da verdade, que reconhecia que havia necessidade de construir outro tipo de cidade, pois representava uma clivagem de uma cultura política, sem esquecer de dizer, que em 2019, o PSD iria apresentar proposta para que Coimbra se tornasse numa nova cidade.

### **Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU):** [\(áudio 39:42 a 47:31 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Começou por informar que, se mais razões não houvessem, teriam logo no título da Moção apresentada pelo PSD para apreciação, razão de questionamento;
- Informou que a prática autárquica da CDU vinha sendo a de assumir responsabilidades em executivos de maioria de outros partidos sempre, que considerassem haver condições para concretizar políticas de defesa daquilo que julgavam ser do interesse das populações;
- No Município de Coimbra tinham assumido responsabilidades no domínio da Habitação desde há longos anos, mas deveria ser feita justiça àqueles que dirigiam os destinos de Coimbra nos executivos em que a CDU tinha assumido e assumia responsabilidades, tinham votado, votavam e votariam sempre de acordo com os seus princípios, sem que tal dependesse de acompanhamento ou desacompanhamento de quem quer que fosse, perseguiram objetivos e políticas, porque o protagonismo CDU era o povo e o seu adversário, era a exploração do homem pelo homem e, era por isso que o título daquela moção era equivocado, como equivocado seria um outro que fosse, em pretérito tempo, dirigido "*ao executivo social democrata e comunista da Câmara Municipal de Coimbra*";
- Relativamente ao conteúdo da Moção e, porque a ser verdade que, no essencial, "*está tudo por fazer*", fossem chamados a responder pelo tanto "*tudo*" os que, ao longo de décadas, tinham transformado a "*Coimbra industrial*", num cemitério de paredes partidas; a Coimbra comercial, num cemitério de montras vazias; os que tinham convertido a Coimbra urbanística num lugar de especulação e fealdade; a Coimbra da mobilidade num dossiê de dificuldades a caminho da alienação; a Coimbra social num pitéu para a subsidiodependência do assistencialismo, que fossem então censurados os que tinham colaborado com sucessivos governos na transformação da chamada Cidade da Saúde num palco de extinção de serviços públicos essenciais, em favor dos interesses económicos dos industriais da saúde;
- Disse que o que o PSD ali trazia a debate era, no fundo, uma moção de autocensura e com cordialidade lhes diziam que não tinham conseguido ver nos subscritores daquela Moção pessoas diferentes daquelas que tinham tido responsabilidades cimeiras nos destinos de Coimbra e, ao dizê-lo daquele modo, não continha qualquer conteúdo acusatório, porque respeitavam a diferença de opinião, de ação, mesmo que as combatessem sempre que tal se justificasse no plano político, nunca no plano pessoal, portanto o PSD procederá à censura de todos os atos, todas as governações que entendesse censurar, mas, porque a política era sempre um exercício de realidade, não estaria defendido da reflexão coletiva sobre as políticas que tinha levado a cabo naquele mesmo lugar de acção política, porque quem ali censurava omitia, à revelia da memória, limitações de acesso da imprensa às sessões do executivo; quem censurava por motivos de ordem estratégica não revelava que pensamento estratégico diferente do atual tinha transportado para o governo autárquico, nacional e europeu ao longo de décadas;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Informou ainda que a CDU assumia, há vários mandatos, responsabilidades no Executivo Municipal, considerando que, com as nuances próprias dos diferentes executivos, a governação de Coimbra tinha mantido uma linha de continuidade que não partilhavam e sobre a qual tinham vindo a manifestar as suas posições de discordância, votando ao lado de quem quer que fosse a favor daquilo que defendiam, propondo alternativas, lutando pelos seus pontos de vista, trazendo, quer para a Assembleia Municipal quer, para o Executivo e para a luta dos munícipes as razões que os levavam a pensar assim e a agir em correspondência, pois nas suas intervenções não havia uma única censura que não tivesse agregada uma proposta de solução e era pelas suas intervenções que respondiam diretamente;
- Terminou dizendo, que o poema de Miguel Torga que encimava a Moção de Censura do PSD era a prova de que era possível encontrar boas palavras para diversas intenções, por isso não deixariam sem resposta a intenção poética, que era da visão diversa da sociedade humana e respondiam, via Gedeão, com o poema: “Impressão Digital”

### **Intervenção da deputada municipal Filomena Girão (SC):** [\(áudio 48:33 a 58:22 minutos – 5ª gravação\)](#)

- Começou por agradecer as intervenções dos deputados anteriores dizendo-lhes, que apesar de terem sido absolutamente contraditórias e dirigindo-se ao deputado municipal Manuel Rocha disse-lhe que também o SC tinha falado no poema de António Gedeão, porque de facto era possível haver no mesmo sítio “*moinhos ou gigantes*”, afirmando que por isso respondia ao mundo que “*era daquelas que sentia completamente desencantada por Coimbra e por isso dizia, sim!*”
- Informou que a propósito da Moção de Censura que estava à votação, o SC dizia SIM, porque se a oposição, quisesse, havia alternativa e era fácil encontrar o mínimo denominador comum daquelas forças porque a urgência era mudar Coimbra, oferecendo ao concelho uma gestão que correspondesse às expectativas da maioria e que se ouvissem as pessoas, porque respeitar os eleitos, como tinha afirmado o Presidente da Câmara, não se coadunava com não criar condições para os ouvir;
- Dirigiu-se à deputada Isabel Cruz dizendo-lhe que os representantes do SC quer na Câmara quer na Assembleia não viviam da política, viviam do seu trabalho e exerciam os seus mandatos por respeito aos seus deveres de cidadania;
- Mais disse que era preciso perceber porque é que Coimbra ia perdendo posição face aos municípios da sua dimensão, era precisa uma estratégia que revitalizasse a economia, que atraísse indústria, que gerasse riqueza, criasse emprego e que permitisse aos filhos de todos ficar na sua terra e ajudá-la a crescer, era preciso definir prioridades comuns a todos quantos queria voltar a entusiasmar-se com Coimbra;
- Informou ainda que não se podia dizer que Coimbra era a cidade com maior concentração e melhores profissionais de saúde, com um dos maiores centros hospitalares do país e não haver nenhuma estratégia para o tráfego nas vias de acesso ao hospital;
- Dirigiu-se ao Presidente da Câmara Municipal perguntando-lhe como queria a CMC assumir a liderança da região centro que naturalmente lhes pertencia, com tamanha inépcia? Qual era o plano para fazer de Coimbra a capital da cultura? E a carta de risco do município? Estavam identificadas as infraestruturas que precisavam de intervenção?
- Dirigiu-se à Assembleia Municipal, aos deputados do PSD e, muito especial ao deputado municipal Nuno Freitas, afirmando que a Moção tinha o mérito de repetir tudo o que o SC tinha vindo a dizer, do défice democrático em Coimbra assinalável à ausência de estratégia daquele Executivo e apesar julgarem que valia pouco em função da sua ineficácia para de forma automática fazer cair o Executivo, aquela Moção valia, pela reflexão que exigia a todos, em particular à oposição, valia pela reflexão que se lhes seguiria certamente e que aquele Executivo nunca tinha querido fazer e exigia a humildade necessária para assumirem a responsabilidade de representarem a maioria dos Conimbricenses que tinham confiado do SC e não no PS ou PCP;
- Terminou desafiando PSD, CDS, PPM, MPT, CpC para promoverem o debate que a Câmara Municipal, que nunca tinha querido fazer, porque, o que queriam tratar, era de criar condições para



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

mudar Coimbra, governar a cidade, governar o concelho e por isso, todos juntos teriam de assumir a missão de mudar Coimbra, juntos, porque eram Coimbra.

### **Intervenção da deputada municipal Lúcia Santos (CDS):** [\(áudio 58:40 da 5ª gravação a 02:14 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Começou por informar que o CDS votaria favoravelmente a Moção de Censura apresentada pelo PSD apesar de aquela moção pecar por defeito e era bondosa com um Partido Socialista suportado por um Partido Comunista que frequentemente se demitia das suas responsabilidades, enfatizando o que estava por fazer em Coimbra porque para o CDS, o Partido Socialista já tinha feito tudo o que podia fazer por Coimbra, ou seja, nada;
- Terminou afirmando, que o Partido Socialista nada tinha feito por reforçar o ecossistema de inovação e empreendedorismo de Coimbra; nada tinha feito pelo desenvolvimento do iParque; nada tinha feito para a captação de investimento em indústria produtiva para Coimbra; nada tinha feito para mitigar a diminuição de oferta de emprego jovem, incentivando a sua fixação; nada tinha feito para evitar um centro histórico sujo e descuidado; nada tinha feito por dotar o Convento São Francisco de uma gestão profissionalizada e de uma estratégia que afirmasse de forma clara o seu posicionamento a um nível internacional; nada tinha feito pelo Metro de Superfície ou pela Gare Central Intermodal, para que constituíssem um capaz sistema de mobilidade para Coimbra, apesar de haver quem tenha ficado muito satisfeito por ver incluído o Sistema de Mobilidade do Mondego na reprogramação do Portugal 2020, a verdade era que mais não se tinha feito do que repor, , aquilo que, irresponsavelmente, o mesmo Partido Socialista tinha retirado às populações, quando em 2009 tinha levantado os carris do Ramal da Lousã;

### **Intervenção da deputada municipal Rosa Isabel (PS):** [\(áudio 02:44 a 16:44 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Dirigiu-se à deputada municipal Filomena Girão informando-a que também vivia do seu trabalho era professora e que a ideia que os membros dos partidos políticos não tinham profissão era um pouco insultuosa;
- Disse que ao ler a Moção de Censura levava-a a perguntar a todos os presentes, se tinham estado de férias ou andavam simplesmente a distraídos, porque o trabalho de casa e de rua deles não lhes tinha permitido acompanhar os últimos desenvolvimentos políticos, porque de outra forma não se entendia como criticavam a Câmara Municipal pelo atraso da implementação do MetroBus, quando aquela não era de todo uma responsabilidade sua e, principalmente, quando o Governo acabava de noticiar que aquela era uma das prioridades, na área da mobilidade, na reprogramação do Portugal 2020 e havia finalmente verba garantida para a execução deste projeto e o Metro Bus em Coimbra iria acontecer e seria uma realidade, até ao final do presente ciclo de financiamento comunitário;
- Mais disse que o que tinha lido da Moção apresentada, os colegas estavam claramente confusos e indecisos no que respeitava à autonomia e competências de uma Câmara Municipal e era preocupante;
- Relativamente à "Cultura Política incapaz de agregar" disse que o Executivo fazia história no que respeitava à actividade cultural, exemplificando, com a abertura das portas do Convento São Francisco à comunidade, criando uma dinâmica de funcionamento e inúmeras externalidades positivas na economia da cidade, contando, cada vez mais, com espetáculos, teatros e concertos de referência nacional, criando novos eventos de dimensão nacional, como: o “Anozero: Bienal de Arte Contemporânea de Coimbra, o Abril Dança em Coimbra; a Coimbra BD; a Mostra Nacional de Banda Desenhada e a Feira Cultural de Coimbra, dando, com esta última, renovada vida à Feira do Livro; o desenvolvimento das festividades à cidade; a dignificação das festas da padroeira e criação da marca do Fim de Ano na cidade; a estratégia cultural partilhada e participada para ter uma candidatura vencedora e fazer novamente história vendo Coimbra como “Capital Europeia da Cultura em 2027”;
- Quanto à Ação Social disse que teria de questionar novamente se andavam distraídos, porque Coimbra tinha sido recentemente distinguida, enquanto Autarquia, “amiga das famílias”;
- Terminou afirmando que os colegas andavam distraídos ou então não tinham lido o documento GOP 2019, nem a execução orçamental de 2018, para facilmente perceberem a diversidade de projetos e a abrangência de cada um na área social, nomeadamente, com as populações sem-abrigo e sénior, dos quais destacou: Uma Mesa para os. Avós; Teleassistência ao Domicílio; Domicílio junto população





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

idosa do concelho; Programa Municipal Socioeducativo e Intergeracional; Programa Coimbra Segura; A Comissão Municipal de Apoio ao Idoso de Coimbra; Projeto de Intervenção; a criação, em 2016, do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios na Área Social e a criação das Comissões Sociais de Freguesia;

### **Intervenção da deputada municipal Graça Simões (CpC):** [\(áudio 11:29 a 11:11 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Afirmou que sim, aquele Executivo mantinha a sua postura autocrática, barricada numa estratégia pessoal e partidária que nada dignificava a democracia, nem as oportunidades de o poder autárquico fazer valer os interesses do Concelho de Coimbra e a qualificação da vida no local, a estratégia era palavra vã ou esvaziada de sentido em documentos formais que só existiam porque a lei obrigava, era evidente que Coimbra era nuclear no desenvolvimento regional e que se esperava a sua participação em rede no quadro da descentralização, eram muitos os projetos que iam sendo transitados nos Orçamentos, criando a ilusão de que andava o que continuava parado, a reabilitação urbana podia e devia ser um dos núcleos daquela sinergia, a descentralização para as freguesias não podia fazer-se mediante minutas mínimas de delegação de competências, com verbas mínimas de gestão merceeira, dependentes sempre de conversações privadas com assimetria de poder entre as partes contratantes, havia projetos estruturantes que seriam tão importantes para Coimbra e região, como para toda a coesão e desenvolvimento nacional, as questões sociais não podiam ser tratadas como excrescências do sistema e a educação como uma despesa benfeitora mais ou menos generosa, o Projeto Educativo Concelhio, incluindo a Carta Educativa que enunciasse e projectasse a rede de equipamentos e recursos e fizesse a sua devida alocação era absolutamente urgente, Coimbra tinha ainda tudo para não ter que voltar atrás nas políticas ambientais de relação respeitosa com a natureza, e como sempre tinham dito, a cultura não podia ser a “*cereja no topo do bolo*”, a insatisfação era geral e o CpC sempre tinha feito eco dela;
- Disse que valorizavam aquela iniciativa da Moção enquanto instrumento de alerta e divulgação, mas, além de questões concretas que não subscreviam, havia pelo menos três aspetos gerais em que se distanciavam: a oportunidade; a legitimidade e a intencionalidade;
- Terminou afirmando que, recuperando uma ideia da fundação do Movimento Cidadãos por Coimbra, atribuída a Einstein: “*Loucura é repetir a mesma coisa vezes sem conta e esperar resultados diferentes*” posição do CpC seria de abstenção.

### **Intervenção do deputado municipal João Marques (PS):** [\(áudio 17:11 a 19:00 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Disse que tinha ouvido todas as intervenções com muita atenção, subscrevia tudo aquilo que tinha dito, mas parecia-lhe que tinha havido um pouco de falta de empenho na distribuição da Moção a todos os deputados municipais porque ele não tinha recebido, mas depois de a ler tinha chegado à conclusão de que a pretensão do PSD era a Câmara Municipal cumprisse o seu programa eleitoral.

### **Intervenção do deputado municipal Rui Campos (MPT):** [\(áudio 19:11 a 20:00 minutos – 6ª gravação\)](#)

- Informou que para o Movimento Partido da Terra a Moção de censura apresentada era bastante exaustiva, bem pensada e fundamentada e refletia o sentimento da maioria dos Conimbricenses, dos que tinham votado e dos que não tinham votado;
- Mais disse que no essencial, Coimbra estava parada no tempo e a perder oportunidades todos os dias e cada minuto que passava era um minuto desperdiçado, por isso o MPT aderiu aquela Moção de Censura de rejeição ao executivo da Câmara Municipal, porque apesar daquela não ter no imediato efeitos práticos teria um importante valor simbólico pois mostrava que se a oposição se estava unir, demonstrado que seria possível derrotar aquela maioria, por isso pensava que aquele devia ser o caminho para as próximas eleições autárquicas, deixando um repto às restantes bancadas, à união e ao entendimento por Coimbra, a causa de todos, nas próximas eleições, porque “*a união fazia a força*”.

### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):** [\(áudio 00:01 a 06:38 minutos – 7ª gravação\)](#)

- Disse que não ficava bem ao PSD a apresentação daquela Moção de Censura, porque retratava bem a gestão autárquica de 2001/2013 que tinha deixado tudo por fazer como por exemplo: o alargamento da IP3; a requalificação do Apeadeiro de Coimbra B; a estagnação das margens do Mondego; a abertura da via central; os estudos aeroportuário e o PS estava a fazer;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Quanto ao investimento de execução orçamental disse, que comparando com ultimo ano do mandato do PSD, a despesa total executada correspondiam apenas a 60% da dotação do orçamento previsto, a despesa corrente executada correspondia apenas a 75%, as despesas de capital executada correspondia apenas a 38%, por isso, na governação do PSD não tinha havido qualquer investimento estratégico para a cidade inclusivamente o Convento de S. Francisco;
- Terminou informando, que relativamente aos transportes também o PSD tinha falhado e o PS tinha reduzido a despesa praticamente para os 60 dias evitando um problema grave de liquidez dos SMTUC, apelando a todos os deputados municipais que dissessem “*não*” àquela Moção de Censura, porque era “*mentirosa*”.

### **Intervenção do Presidente da Câmara Municipal:** (áudio 07:13 a 19:47 minutos – 7ª gravação)

- Informou, que achava de muito bom gosto o facto de trazer à Assembleia Municipal uma Moção de Censura, encimada por um poema de Miguel Torga chamando à atenção a encenação do seu livro “Os Bichos” no Convento de S. Francisco;
- Relativamente, à Moção de Censura disse que após a sua atenta leitura, lhe parecia que haveria ali, uma questão “*política /partidária, de procura de uma aliança perdida*” nas proximidades das eleições legislativas;
- Quanto à censura de governar Coimbra à esquerda, perguntou onde estava o problema? se aquela governação tinha dava bons resultados, se os trabalhadores municipais não estavam sujeitos a um prolongamento de horário de trabalho, pro quem ter uma frota dos transportes colectivos dos SMTUC, por manter os preço do tarifário nos passes sociais, por manter da água a níveis confortáveis, por ter feito a escola na zona do Loreto, por ter feito a Ponte Pedonal nas Torres do Mondego, por terem feito a ciclovia, pro terem requalificado, desassoreado e a requalificação dos muros e das margens do Rio Mondego, por persistirem na requalificação do Parque Verde, por terem requalificado o Terreiro da erva, a rua Direita , a Rua do Moreno, a Rua do Carmo, a encosta da Sofia, melhores situações pedonais, como por exemplo, a Baixa/ Alta, a Universidade /Almedina, censuravam por gostar de Coimbra? Não tinham razão!

### **Deliberação nº 33/2018**

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta do Grupo Político do PSD, datada do dia 27 de Novembro, deliberou por *maioria*, com 20 votos a favor, 27 votos contra e 1 abstenção, *rejeitar a Moção de Censura à Câmara Municipal*;

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos*

### **5. Desvinculação do Município de Coimbra na Associação Qualifica/ ORIGIN Portugal;**

#### **Deliberação nº 34/2018**

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal datada de 8 de Outubro, deliberou, por *unanimidade*, aprovar, a *desvinculação do Município de Coimbra na Associação Qualifica/OriGin Portugal*, nos termos da alínea q), do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro e do nº 1, do artigo 61º, da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, na sua actual redacção.

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos*

### **6. Instrumentos de Gestão Previsional 2019 – AC, Águas de Coimbra, EM - conhecimento;**

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 12 de Novembro de 2018, deliberou, *tomar conhecimento dos Instrumentos de Gestão Previsional 2019 – AC, Águas de Coimbra, EM*

### **7. Procedimento concursal para recrutamento e seleção do cargo de Chefe da Divisão de Equipamentos e Manutenção dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra;**

#### **Deliberação nº 35/2018**

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal datada de 26 de Novembro, deliberou, por *unanimidade*, aprovar, a *abertura de procedimento concursal para o recrutamento e seleção do cargo de Chefe de divisão de Equipamentos e Manutenção – cargo de Direcção*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

**Intermédia de 2º Grau**, ao abrigo do preceituado nos artigos 20º e 21º da Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro, na última redação dada pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro, aplicável à Administração Local pela Lei nº 49/2012, de 29 de Agosto.

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

### **8. Desafetação do domínio público municipal, de uma parcela de terreno com a área de 40, 75 m2, sita no Terreiro da Erva;**

#### ***Deliberação nº 36/2018***

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal datada de 26 de Novembro, deliberou, por *unanimidade*, aprovar, a **desafetação do domínio público municipal de uma parcela de terreno, com a área de 40,75m2, sita no Terreiro da Erva**, nos termos da alínea q), do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

### **9. Proposta de esclarecimento da deliberação nº 162/2018, de 24/09/2018 – definição da política fiscal ao nível do IMI para 2019;**

#### ***Deliberação nº 37/2018***

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal datada de 12 de Novembro, deliberou, por *unanimidade*, aprovar, a **aclaração da deliberação nº 162, de 24/09/2018 – definição da política fiscal ao nível do IMI para 2019**, nos termos da alínea d), do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

### **10. Prodeso, Ensino Profissional, E.M - aprovação da alteração dos Estatutos, nos termos do artº 22º-A, da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto.**

#### ***Deliberação nº 38/2018***

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal datada de 26 de Novembro deliberou, por *unanimidade*, aprovar, a **alteração dos Estatutos da Prodeso, Ensino Profissional, E.M**, nos termos do artigo 22º-A, da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto.

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

### **11. Regulamento Municipal "Tóquio 2020";**

#### ***Deliberação nº 39/2018***

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal datada de 10 de Dezembro, deliberou, por *unanimidade*, aprovar, o **Regulamento Municipal "Tóquio 2020"**, nos termos da alínea g), do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos*

### **12. Regulamento Municipal de Reabilitação de Infraestruturas Desportivas;**

#### ***Deliberação nº 40/2018***

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal datada de 10 de Dezembro, deliberou, por *unanimidade*, aprovar, o **Regulamento Municipal de Reabilitação de Infraestruturas Desportivas**, nos termos da alínea g), do artigo 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro.

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos*

### **13. Isenção do IMI ao abrigo do nº 7 do art. 0 71 0 do Estatuto dos Benefícios Fiscais do prédio sito na Rua Direita, nº 97 e Rua João Cabreira, nºs 2 e 4;**

#### ***Deliberação nº 41/2018***

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 10 de Dezembro, deliberou, por *maioria*, com 49 votos a favor e 1 abstenção aprovar, a **Isenção do IMI**, pelo período de *cinco anos*, com início em 2017 e término em 2021, ao prédio sito na **Rua Direita, nº 97 e Rua João Cabreira, nºs 2 e 4**, da União das Freguesias de Coimbra, constituído pelas fracções "A", "B", "C", "D", "E" e "F", por este ter sido objecto de obras de reabilitação e se localizar na Área de





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Reabilitação Urbana – Coimbra – Baixa, nos termos do nº 7, do artº 71º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, (EBF).

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

### **14. Isenção do IMI ao abrigo do no 7 do art.0 71 0 do Estatuto dos Benefícios Fiscais do prédio sito na Av. Dr. Dias da Silva, n os 4 e 6.**

#### ***Deliberação nº 42/2018***

A Assembleia Municipal de Coimbra, sob proposta da Câmara Municipal, datada do passado dia 10 de Dezembro, deliberou, por *maioria*, com 49 votos a favor e 1 abstenção, *aprovar*, a **Isenção do IMI**, pelo período de **cinco anos**, com início em 2018 e término em 2022, ao prédio sito na **Av. Dias da Silva, nºs 4 e 6**, da União das Freguesias de Coimbra, constituído pelas fracções “A”, “B” e “C”, “por este ter sido objecto de obras de reabilitação e se localizar na Área de Reabilitação Urbana – Coimbra – Baixa, nos termos do nº 7, do artº 71º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, (EBF).

*Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.*

#### **Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal:**

Agradeceu a todos os presentes a participação e a colaboração no cumprimento daquele longa “*Ordem de Trabalhos*” desejando a todos um Feliz Natal.

Assinadas e aprovadas as deliberações por minuta e sendo vinte horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão.

*Assembleia Municipal de 14 de Dezembro de 2018*

*ANEXOS*

**“Período de Antes da Ordem do Dia”**

**Recomendação do CpC**

**"Jardins do Mondego"**

*Esta Assembleia Municipal determinou a constituição de Comissões Permanentes destinadas a apreciar e acompanhar assuntos relevantes. Não está explícito nos regimentos a perspetiva desta relevância, inferindo-se que se enquadra na competência de apreciação e fiscalização da política municipal.*

*No entanto, numa perspetiva mais participativa e de defesa do interesse público, que é a do CpC, pensamos que estas Comissões podem de facto acrescentar valor, se as solicitarmos para intervir na recolha de dados e análise de questões, que se revistam de maior complexidade ou opacidade, facilitando a informação dos deputados e cidadãos e, logo, sustentando melhores opiniões e decisões.*

*O caso "Jardins do Mondego" é um selo que envergonha todos os munícipes de Coimbra e, decerto, todos os senhores deputados, vereadores e Presidentes.*

*Não há como não ser incomodado com o impacto daquela marca e não há como não ser interpelado com a pergunta - mas até quando?*

*As respostas foram-se perdendo nos enleios escuros dos processos e agora no silêncio de arquivo na justiça. O Sr. Presidente da Câmara não quer entrar no assunto, provavelmente bem, para não se turvarem os poderes.*

*No entanto, a Cidade e os Cidadãos, aqui representados, têm direito a saber até quando e porquê continuam a ter aquele espelho degradado e maldito na sua paisagem.*

*Assim, o CPC vem recomendar que se mandate a Comissão de Assuntos Jurídicos para averiguar a questão e produzir um Relatório que explicita todo o processo e informe sobre o seu andamento, com informação objetiva e pública sobre o ponto de situação, sem qualquer intenção de interferir no segredo de justiça.*



## **“Período de Antes da Ordem do Dia”**

### **Moção da CDU**

#### ***A propósito da possibilidade de se encerrar a Estação Nova em Coimbra, arrancando os carris entre esta estação e a estação de Coimbra B***

*Considerando que o abandono e desinvestimento na rede ferroviária é um erro estratégico, cujas consequências mais imediatas estão já à vista na cidade e no distrito de Coimbra, com soluções que não se adequam às características da região, nem à necessidade de transporte de grande número de pessoas em horas de ponta;*

*Considerando que a solução rodoviária que pretende substituir o que era o ramal da Lousã, é mais cara, mais lenta e mais poluente, não resolve os problemas de mobilidade e condiciona o desenvolvimento da região, por impedir o transporte de mercadorias;*

*Considerando que a solução rodoviária da Metro Mondego corresponderá à privatização das principais linhas de transporte público no distrito e na cidade, conduzindo, assim, à desestruturação dos SMTUC e à destruição do serviço público de transportes;*

*Considerando que tal solução implicaria gastar pelo menos mais 90 milhões de euros, em cima dos milhões já gastos quando, com metade dessa verba, se reperia e electrificaria a linha ferroviária, aproveitando o material circulante existente na CP;*

*Considerando que, após o encerramento e desmantelamento do ramal da Lousã, o arranque dos carris entre a Estação de Coimbra B e a Estação Nova impediria a reposição, modernização e electrificação daquele ramal, bem como a respectiva ligação à rede ferroviária nacional;*

*A Assembleia Municipal de Coimbra, reunida a 14 de Dezembro de 2018, manifesta-se contra a retirada dos carris entre as duas estações da cidade e afirma a necessidade de cumprir o Projecto de Resolução 86/13 aprovado em 2016 pela Assembleia da República, que prevê:*

- A extinção da Metro Mondego, SA.*
- A devolução do seu património ao domínio público ferroviário e municipal.*
- A reposição, modernização e electrificação da linha do ramal ferroviário da Lousã.*

#### **Ponto 4 da “Ordem de Trabalhos**

##### ***Moção de Censura – PSD***

##### ***Ao Executivo Socialista e Comunista da Câmara Municipal de Coimbra na aprovação do plano e Orçamento 2019***

*Canta, poeta, canta!  
Violenta o silêncio conformado.  
Cega com outra luz a luz do dia.  
Desassossega o mundo sossegado.  
Ensina a cada alma a sua rebeldia.*

*Miguel Torga*

*"Voz Activa", 1977*

*Em 1 de Outubro de 2017, os eleitores foram às urnas nas eleições autárquicas. A maioria absoluta dos eleitores de Coimbra não votou na solução política representada pelo actual executivo socialista e comunista da Câmara Municipal de Coimbra. Este facto tem sido propositadamente esquecido e reiteradamente desvalorizado. Os 35.223 eleitores e munícipes de Coimbra que livremente expressaram o seu voto em 2017 em programas radicalmente diferentes - a maioria absoluta dos eleitores - são absolutamente irrelevantes na gestão estratégica do concelho durante 4 anos.*

*Ora, tal facto contraria o princípio da colegialidade previsto no n.º 3 do Art.º 239º da Constituição da República Portuguesa e constitui um grave défice democrático que urge combater frontalmente.*

*O primeiro motivo da Moção de Censura é de ordem democrática:*

- i. A Assembleia Municipal de Coimbra censura a gestão autocrática, autista e autocentrada do Partido Socialista na Câmara Municipal de Coimbra, que propositadamente negligencia as competências, as propostas e as alternativas políticas provenientes das forças políticas que, no seu conjunto, representam a maioria absoluta dos eleitores de Coimbra; O ano 2019 corresponde a metade do actual mandato autárquico. Num contexto de forte pressão externa na competitividade regional e nacional e com vários desequilíbrios internos no tecido social e económico do concelho, seria mandatária a busca de soluções estratégicas integradas, bem informadas e tão consensualizadas quanto possível, até com o próprio Governo. Pelo contrário, assistimos a um vazio no diálogo estratégico com as entidades sociais e económicas de Coimbra, com a maior quebra do investimento público municipal dos últimos 15 anos.*

*O segundo motivo da Moção de Censura é de ordem estratégica:*

- ii. A Assembleia Municipal de Coimbra censura o vazio estratégico de Coimbra, bem demonstrado na ausência de qualquer plano ou documento estratégico subscrito por qualquer entidade económica, social ou cultural da sociedade civil coimbrã, e censura veementemente a quebra do investimento público do Município de Coimbra no seu Plano Plurianual de Investimento, atingindo o recorde mínimo de investimento público da última década;*

*Coimbra é a capital da região Centro. A assumpção desta capitalidade não pode ser feita em disputa ou detrimento dos concelhos vizinhos, mas antes num diálogo construtivo e afirmativo da própria região. A região Centro encontra-se cada vez mais espartilhada entre as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e só a união da Região se poderá opor com eficácia aos malefícios dessa evolução. A desvalorização política da Comunidade Intermunicipal de Coimbra ou a ausência de uma estratégia política para a concretização da Área Metropolitana de Coimbra é visível na confrangedora desarticulação de políticas públicas intermunicipais e regionais, como é evidente no caso recente da constituição de duas Autoridades Regionais de Transportes na CIM Coimbra.*

*A afirmação de Coimbra como capital regional está gravemente comprometida, sem a vontade política de Coimbra, sem o reconhecimento formal dos restantes Municípios e, mais grave, sem o reconhecimento útil por parte dos cidadãos da região.*

*O terceiro motivo da Moção de Censura é de ordem regional:*

- iii. *A Assembleia Municipal de Coimbra censura a posição autoritária, solitária e paroquial do executivo socialista da Câmara Municipal de Coimbra na sua relação com os restantes Municípios da região Centro de que a fábula do aeroporto internacional de Coimbra é exemplo gritante;*
- iv. *A Assembleia Municipal de Coimbra censura a ausência de qualquer vector estratégico de coesão regional ou projecto estruturante de desenvolvimento regional acordados em conjunto com os restantes Municípios e Distritos, exortando ao entendimento intermunicipal, distrital e com o Governo sobre os transportes colectivos e ambiente da área metropolitana de Coimbra;*

*O programa de execução do Plano Director Municipal de Coimbra revisto em 2014 definiu 80 projectos prioritários, sendo que 31 desses projectos estruturantes deveriam estar concluídos até 2019. Com a aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento 2019 pelos Vereadores socialistas ficou patente que teremos uma concretização total ou parcial de apenas 8 desses projectos prioritários de investimento e qualificação de Coimbra.*

*A execução de fundos comunitários na receita cobrada pela CMC atingiu um dos níveis mais baixos de sempre em 2017 (1.03%) mantendo níveis anormalmente baixos em 2018 por manifesta inércia e incompetência, desaproveitando a oportunidade única de alavancar financeiramente projectos de enorme relevância nas acessibilidades, na mobilidade, nos parques empresariais e nos equipamentos educativos, sociais, culturais e desportivos.*

*O quarto motivo da Moção de Censura é de ordem económica:*

- v. *A Assembleia Municipal de Coimbra censura o executivo socialista e comunista da Câmara Municipal de Coimbra pela baixíssima execução dos 80 projectos prioritários do programa de execução do Plano Director Municipal em vigor, destacando a título exemplificativo a falta de concretização dos seguintes projectos essenciais:*
  - a) *Anel da Pedrulha*
  - b) *Variante de Eiras (2g fase)*
  - c) *Via Santa Clara/S. Martinho do Bispo*
  - d) *Estacionamentos das zonas dos pólos universitários e hospitalares*
  - e) *2ª Fase do iParque*
  - f) *Requalificar a Mata do Choupal e Mata de Vale de Canas*
  - g) *Completar a rede de saneamento*
  - h) *Campo de golfe social nas margens do Mondego*
  - i) *Centro de Alto Rendimento Desportivo com a Universidade de Coimbra*
  - j) *Avenida da Lousã (2ª fase)*
  - k) *Programa geral de condicionamento ao tráfego na área central da cidade*
  - l) *Criar uma Autoridade Metropolitana de Transportes*
- vi. *A Assembleia Municipal de Coimbra censura a baixíssima execução de fundos comunitários pelo actual executivo socialista da CMC nos projectos aprovados em diversos domínios e a inércia na candidatura a fundos europeus e internacionais, designadamente para fomento da qualidade de vida urbana e ambiental, da fixação de empresas e da criação de emprego no concelho;*
- vii. *A Assembleia Municipal de Coimbra censura veementemente a ausência de estratégia de atracção de investimento nacional e estrangeiro para Coimbra e o evidente abandono dos parques empresariais de Eiras e iParque;*

*A regeneração urbana da Baixa e do Centro Histórico de Coimbra deveria constituir um desígnio primeiro da política urbanística de Coimbra. O estudo elaborado pelo Arq. Joan Busquets da relação entre a Baixa e as margens do Rio Mondego no percurso entre as estações Coimbra -A e Coimbra -B deveria sustentar a necessária e urgente intervenção integrada de reabilitação urbana numa zona crucial da Cidade que é simultaneamente uma das suas entradas principais, e edificação de vias e equipamentos essenciais, com o propósito de devolver e fixar famílias e pessoas na Baixa e no Centro Histórico e reavivar o comércio tradicional e indústrias inovadoras e criativas em Coimbra.*

*Desde a extinção da Sociedade de Reabilitação Urbana, o executivo socialista não apresentou qualquer plano consistente para a revitalização e regeneração da Baixa de Coimbra, numa política de anúncios fortuitos e intervenção casuística escassa, que compara muito desfavoravelmente com Braga, Porto, Lisboa, Aveiro, Viseu ou Guimarães. Além disso, a vereação comunista com o pelouro da Habitação não se tem envolvido suficientemente nas soluções de habitabilidade da zona histórica e da Baixa coimbrã, nem tem implementado programas de habitação a custos controlados para aquisição ou arrendamento jovem.*



*O quinto motivo da Moção de Censura é de ordem urbanística:*

- viii A Assembleia Municipal de Coimbra censura a desintegrada e tímida política de reabilitação urbana do executivo socialista da Câmara Municipal de Coimbra na Baixa e no centro histórico de Coimbra;*
- ix A Assembleia Municipal de Coimbra censura a intervenção casuística e fortuita da CMC no espaço físico de confluência entre a Baixa e as margens do Rio Mondego, que contempla a redefinição do percurso entre as estações de Coimbra -A e Coimbra -B com a inclusão do metrobus (HLBS), de que é exemplo a malfadada rotunda da Cindazunda;*
- x. A Assembleia Municipal de Coimbra censura a baixa taxa de execução dos projectos previstos nas ARU's (áreas de reabilitação urbana), nomeadamente no que toca à área classificada como Património Mundial pela UNESCO;*

*O executivo socialista da Câmara Municipal de Coimbra prejudica reiteradamente a acção política de proximidade das Juntas de Freguesia do Município, defraudando consecutivamente todas as legítimas expectativas de colaboração institucional. Em 2018, a CMC não realizou qualquer obra — em nenhuma das 18 Freguesias ou União de Freguesias — conforme estava previsto no respectivo Orçamento e Plano da CMC e devidamente contratualizado com as Juntas, tendo uma taxa de execução de 0%!*

*Apesar da deliberação recente da Assembleia Municipal, em Setembro de 2018, que recomendava o reforço financeiro das transferências para as Juntas de Freguesia no valor de 10% do Orçamento 2019 da CMC, nada disso se veio a verificar, registando-se um aumento aparente (financiamento não definido) de 1M de euros para as 18 Freguesias. O estrangulamento financeiro das Juntas de Freguesia continuará em 2019.*

*As largas dezenas de acções previstas plurianualmente nos Documentos Estratégicos das ARUs Baixa e Rio aprovados em Assembleia Municipal e publicados em Diário da República foram esquecidas, não estando previstas nas GOP e no Orçamento. Este facto constitui um desrespeito pelos documentos aprovados em Assembleia Municipal, para além de denunciar uma deficiente preocupação com a recuperação social, económica e patrimonial de todo o Centro da Cidade.*

*O sexto motivo da Moção de Censura é de ordem institucional:*

- xi. A Assembleia Municipal de Coimbra censura o estrangulamento económico, burocrático e financeiro das Juntas de Freguesia por parte da CMC, impossibilitadas de cumprir as suas competências legais, numa relação institucional de permanente sujeição e falta de autonomia;*
- xii A Assembleia Municipal de Coimbra censura a ausência de concretização das obras contratualizadas em cada Freguesia, com impacto negativo na qualificação do espaço público e de equipamentos sociais do concelho;*

*Coimbra tem sido desconsiderada do plano nacional de investimentos relevantes, designadamente na área da Saúde, por parte do Governo socialista liderado pelo Dr. António Costa. Nos últimos 3 anos não houve qualquer novo projecto estruturante para Coimbra nem se prevê que assim aconteça em 2019. Por exemplo, o novo Palácio da Justiça, a nova Maternidade ou uma nova Estação de Coimbra -B não verão a luz do dia em 2019. Também a Escola Secundária José Falcão manterá o seu estado profundamente degradado. O alargamento do IP3 sem perfil de auto-estrada é uma má notícia para Coimbra e nenhum outro troço viário (IC3, IC6, IC2, A13) foi concretizado.*

*Em contrapartida, o Governo anunciou a instalação de um novo centro de tratamento oncológico de prototerapia em Lisboa no valor de 100 milhões de euros e a criação da Agência de Investigação Clínica e Inovação Biomédica no Porto.*

*No estafado caso do metro ligeiro de superfície, regista-se que não existe sequer equipa de projecto para a linha do Hospital que sustenta economicamente todo o sistema de mobilidade nem a Câmara Municipal de Coimbra prevê, em 2019, implementar as obras necessárias à adequação urbana da solução MetroBus. Coimbra está parada no tempo e ausente das prioridades governativas de investimento, sem uma colaboração activa e sinérgica com o Governo por parte do executivo socialista e comunista da CMC.*

*O sétimo motivo da Moção de Censura é de ordem estrutural:*

- xiii A Assembleia Municipal de Coimbra censura a ausência de projectos estruturantes por parte do executivo socialista da Câmara Municipal de Coimbra e do Governo, assinalando o final da legislatura em 2019 sem a concretização da nova Maternidade, do novo Palácio da Justiça ou da nova Estação de Coimbra -B;*

- xiv *A Assembleia Municipal de Coimbra censura o atraso significativo na implementação da solução MetroBus em Coimbra por responsabilidade directa do executivo socialista da Câmara Municipal de Coimbra e do Governo através das Infra -Estruturas de Portugal, IP;*

*Na área social e educativa, a Câmara Municipal de Coimbra actua de forma injusta e desigual em diferentes pontos do concelho. Sem uma Carta Social Municipal efectiva, não existem contratos locais de desenvolvimento social (G0P2019: 10 euros), privilegiando-se acções pontuais e descoordenadas. O Orçamento e Plano 2019 deveria ser alvo de redefinição completa dos objectivos de coesão e inclusão sociais, nomeadamente na resposta aos idosos de Coimbra através de apoio domiciliário ou na implementação local da Estratégia Nacional para a integração de pessoas sem-abrigo.*

*A qualificação do parque escolar público, desde o pré-escolar ao ensino secundário, constitui uma atribuição claramente municipal com ganhos de eficiência e eficácia reconhecidos por diferentes Governos. Coimbra deveria já ter assumido essa responsabilidade no ensino secundário, mas o executivo socialista mantém uma posição fechada e de preocupação mínima, como se verifica no concurso anual das refeições escolares alvo de fortes críticas por parte da comunidade educativa.*

*O oitavo motivo da Moção de Censura é de ordem social:*

- xv *A Assembleia Municipal de Coimbra censura a baixa prioridade conferida pelo executivo socialista da Câmara Municipal de Coimbra na área social, sem uma política activa e mensurável de coesão e equidade social baseada numa Carta Social Municipal actualizada e efectiva;*
- xvi *A Assembleia Municipal de Coimbra censura a discriminação negativa das pessoas sem-abrigo e dos idosos de Coimbra, sem programas específicos de apoio social, de apoio domiciliário e de conforto habitacional;*
- xvii *A Assembleia Municipal de Coimbra censura a solução política validada pelo executivo socialista da Câmara Municipal de Coimbra que esvaziou de alunos o Instituto Educativo de Souselas, o Instituto de Lordemão e o Colégio de Cernache sem que houvesse uma alternativa de escola pública viável numa localização próxima, prejudicando as famílias e os alunos com deslocações e custos adicionais e sem ganhos de qualidade educativa;*
- xviii *A Assembleia Municipal de Coimbra censura a ausência de acordo entre a Câmara Municipal de Coimbra e o Ministério da Educação para a descentralização de competências pela manutenção e qualificação do parque escolar de Coimbra, desde o pré-escolar ao ensino secundário, com graves prejuízos educativos como é gritante no caso da Escola Secundária José Falcão;*

*A definição de um conjunto de políticas integradas de qualidade de vida urbana - com destaque para o desenho e cuidados do espaço público tanto na vertente ambiental como patrimonial - bem como de um ecossistema de inovação social e urbana, é um dos mais exigentes desígnios da cidade contemporânea. Neste sentido, o Município de Coimbra deveria ser exemplar na busca e implementação de boas práticas energéticas e ambientais, de soluções de inovação urbana na mobilidade e no espaço público e na participação em redes internacionais de "smart cities", ampliando o próprio ecossistema de inovação empresarial de Coimbra. A inexistência de uma efectiva ligação entre o Município e a Universidade que permita passos significativos também nesta área tecnológica só demonstra o isolamento do executivo municipal, incapaz de estabelecer parcerias concretas com outras Instituições para o desenvolvimento da Cidade.*

*Na componente ambiental, regista-se uma postura meramente reactiva - como no caso flagrante da aprovação do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios depois dos terríveis acontecimentos de 2017 ou no processo moroso e atrasado de desassoreamento do Rio Mondego depois das cheias de 2015 - e um claro desinvestimento na requalificação dos jardins históricos ou no Choupal, na extensão do Parque Verde do Mondego ou simplesmente na limpeza urbana e recolha de resíduos, com resultados negativos na vivência global em todo o concelho e com reflexos muito negativos para o turismo em Coimbra pela imagem de desleixo que transmite.*

*O nono motivo da Moção de Censura é de ordem ambiental:*

- xix. *A Assembleia Municipal de Coimbra censura a política ambiental meramente reactiva do executivo socialista da Câmara Municipal de Coimbra, sem soluções de boas práticas ambientais continuadas e inovadoras nas áreas da água, energia e resíduos sólidos urbanos;*
- xx. *A Assembleia Municipal de Coimbra censura o desaproveitamento político por parte do executivo socialista da Câmara Municipal do ecossistema de inovação empresarial de Coimbra, desperdiçando*

*oportunidades de projecção nacional e internacional designadamente na inovação urbana, energética e ambiental e na indústria 4.0;*

- xxi. A Assembleia Municipal de Coimbra censura a escassez de ciclovias e a descoordenado intervenção em meios alternativos e não poluentes de transportes individuais e colectivos no concelho, com evidente prejuízo na homeostasia e qualidade de vida em Coimbra;*
- xxii. A Assembleia Municipal de Coimbra censura a inacção por parte do executivo socialista da Câmara Municipal na Mata do Choupal e na Mata de Vale de Canas, na reabilitação e promoção dos jardins históricos, no Parque Verde do Mondego, no Paúl de Arzila e nas margens do Rio Mondego, permitindo a degradação progressiva de vários espaços de usufruto público;*

*A candidatura de Coimbra a Capital Europeia da Cultura 2027 é o desafio principal da cidade na próxima década. Para isso, importa elevar a exigência e qualidade do que nos propomos atingir colectivamente, num processo participado e inclusivo com os cidadãos e as instituições culturais de referência, nacionais e internacionais. Mas esta oportunidade deve corresponder a uma mudança séria do poder autárquico vigente - uma mudança de paradigma cultural de Coimbra e do próprio papel institucional da autarquia, especialmente na atitude de construção partilhada de objectivos estratégicos e programas de acção. O plano estratégico cultural de Coimbra, inexistente até à data, não é um anexo de um formulário de candidatura na Comissão Europeia, mas uma exigência civilizacional do futuro de Coimbra.*

*Em termos de política cultural, a autarquia tem primado por iniciativas de indole recreativa local de que é mau exemplo a Feira Cultural de Coimbra, mantendo suspensos elementos vitais da actividade cultural como a gestão do Convento de S. Francisco, a gestão dos equipamentos culturais em parceria com entidades terceiras, o apoio à criação contemporânea ou o relacionamento internacional com instituições de programação culturalmente relevante.*

*O décimo e englobante motivo da Moção de Censura é de ordem cultural:*

- xxiii. A Assembleia Municipal de Coimbra censura a cultura política vigente do executivo socialista da Câmara Municipal de Coimbra incapaz de agregar o melhor conhecimento, competências e capacidades existentes no Município numa estratégia cultural partilhada e participada pelos cidadãos e pelas instituições;*
- xxiv. A Assembleia Municipal de Coimbra censura a política cultural do executivo socialista da Câmara Municipal de Coimbra sem uma estratégia definida para os principais equipamentos culturais da cidade, para a valorização patrimonial da Alta e Sofia, para o Fado de Coimbra e para a criação artística contemporânea;*

*Em conclusão,*

- xxv. A Assembleia Municipal de Coimbra censura politicamente o executivo socialista e comunista da Câmara Municipal de Coimbra instando a uma mudança política radicalmente reformista que venha a construir um modelo de desenvolvimento mais livre, mais justo e mais próspero com participação activa dos cidadãos na afirmação contemporânea dos seus valores, anseios e ideais em Coimbra.*